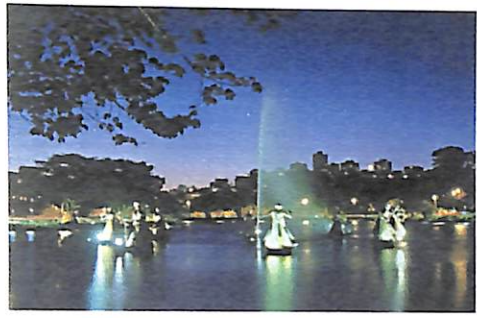
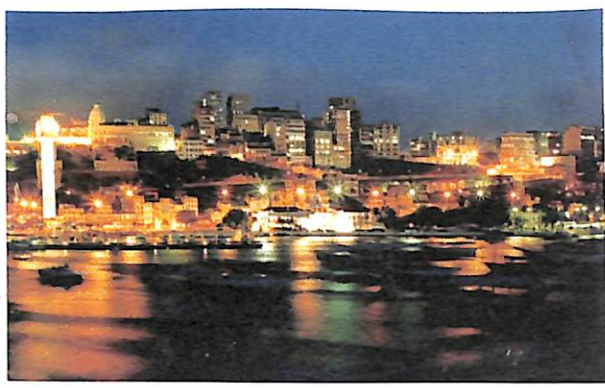


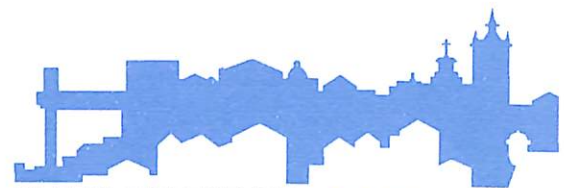


P R E F E I T U R A
SALVADOR

SECRETARIA MUNICIPAL
DO PLANEJAMENTO, URBANISMO
E MEIO-AMBIENTE



Perfil Socioeconômico do Trabalhador Informal de Salvador



PLANO DIRETOR DE
DESENVOLVIMENTO
URBANO Salvador 2000

PDDU



Prefeitura Municipal do Salvador
Secretaria Municipal do Planejamento, Urbanismo e
Meio Ambiente
Coordenadoria Central de Planejamento e Desenvolvimento Urbano
Centro Educacional de Tecnologia em Administração
Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Ciências Econômicas

Perfil Socioeconômico do Trabalhador Informal de Salvador

Janeiro 2001

ECO-267

PMS	FMLF	GERIN
BIBLIOTECA		
4497	05/03/03	
N° Reg.	Data	



Prefeitura Municipal do Salvador
Antônio José Imbassahy da Silva
Prefeito

Secretaria Municipal do Planejamento, Urbanismo e
Meio Ambiente
Manoel Raymundo Garcia Lorenzo
Secretário

Coordenadoria Central de Planejamento
e Desenvolvimento Urbano
Maria das Graças Torreão Ferreira
Coordenadora



Coordenação Geral

Maria das Graças Torreão Ferreira

Colegiado de Coordenadores do Plano

Fernando Sérgio Barbosa Teixeira
Heloísa Oliveira de Araújo
Ilce Maria Marques de Carvalho
Liana Sílvia de Viveiros e Oliveira
Luiz Chateaubriand Cavalcanti dos Santos
Rosa Alba Sarno Braga

Núcleo de Geoprocessamento

Jandira Maria de Fátima França – *Coordenadora*
Adriana de Freitas Abbehusen
Rosimeire Brandão Santos

Equipe de Acompanhamento do Estudo

Antônio Luiz de Carvalho Fernandes
José Ribeiro Soares Guimarães
Marlene Araújo Hurst

Consultoria

Sérgio Zaratin

Centro Educacional de Tecnologia em Administração

Altamiro Castilho de Almeida Filho - Diretor

Universidade Federal da Bahia

Heonir Rocha - Reitor

Faculdade de Ciências Econômicas

José Sérgio Gabrielli de Azevedo – *Diretor*

Equipe Técnica

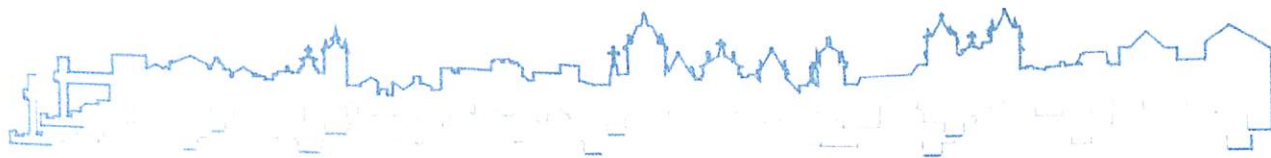
Paulo Henrique de Almeida (Coordenador)
José Sérgio Gabrielli de Almeida (Consultor)
Cláudia Monteiro Fernandes
Letícia Koeppel Mendonça
Pedro Marcos Cayres Gramacho

Programação Visual

Salles Assessoria e Consultoria Ltda.

Fotografias da Capa

Artur Ikishima / Arquivo Bahiatursa
Aristides Alves / Arquivo Bahiatursa
Frederico Mertens / Arquivo Bahiatursa
Tonny Bittencourt
Valter Pontes



Apresentação

O presente documento, referente ao Estudo sobre o *Perfil Socioeconômico do Trabalhador Informal de Salvador* integra coletânea de estudos que se constituem, nos termos da lei de aprovação do PDDU Salvador 2000, em peças acessórias desse Plano, estando, nessa condição, sob custódia da unidade de planejamento da Prefeitura do Município, e à disposição dos cidadãos e associações representativas da população para consultas e verificações.

Os temas abordados nos estudos que compõem a coletânea tiveram por finalidade atualizar a compreensão a respeito de todos os assuntos que devem ser objeto de análise, projeções e proposições do Plano. Nessa condição, cobriram os aspectos sociais e econômicos da realidade local, os ligados à infra-estrutura e aos serviços e equipamentos sociais, aos quadros espacial e do meio ambiente, à habitação, à cultura, à organização administrativa municipal, e à gestão de todos os assuntos que cabem na esfera da competência do Município, ou que, sendo objeto da atuação de outros níveis de governo, dizem respeito diretamente ao desenvolvimento de Salvador.

Muito embora a finalidade imediata dos estudos seja a de prover os subsídios necessários à definição dos conteúdos do PDDU, os resultados obtidos transcendem essa finalidade, acabando por se constituírem num apanhado geral das condições do Município totalmente atualizado e explicitativo das transformações estruturais e conjunturais pelas quais vem passando Salvador. Dada essa qualificação, o uso dos estudos tende a ser o mais amplo possível, seja por parte da Administração, seja pelas forças econômicas atuantes no Município, seja por estudiosos da realidade soteropolitana, ou por qualquer outro setor da comunidade.

Por outro lado, ressalta do conjunto dos estudos a complexidade de que se reveste, hoje, a realidade de um Município como Salvador, complexidade essa que se revela tanto nas alterações incorridas nos paradigmas organizacionais e produtivos da atividade econômica, ligadas à inserção do País no ordenamento econômico/financeiro emergente no final do século, quanto nas mudanças e diversificação do perfil social da população do Município, como, também, nos diferentes sistemas técnicos e de gestão da infra-estrutura e dos serviços sociais e municipais instalados em Salvador.

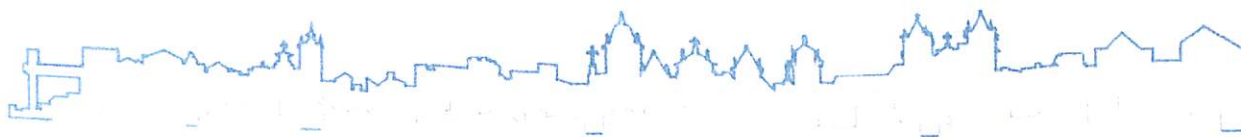
Como resultado dessa complexidade ampliada, que faz avultarem os conflitos distributivos e as disputas entre demandas dos diferentes agentes e setores da comunidade pelos bens públicos e comuns, mais complexas, também, se tornam as questões ligadas ao território, ao assentamento urbano e não-urbano e ao meio ambiente, que conformam o suporte espacial e físico para o conjunto de processos sócio-econômicos em curso no Município. Nesse sentido, os estudos servirão também como referência para, praticamente, todas as políticas públicas definidas e operadas em Salvador, apontando às mesmas a necessidade de uma qualificação ampliada e inovada, e da superação dos velhos paradigmas da atuação isolacionista e segregada por setores de gestão, em favor de práticas caracterizadas pela cooperação inter-setorial.

Com toda a atualização de compreensão que permitem a respeito da realidade de Salvador, os estudos desta coletânea são todos estudos aplicados e direcionados para fins práticos de planejamento, não se confundindo com trabalhos de tipo acadêmico. Não obstante, grande parte dos mesmos foi elaborada com o concurso de professores universitários de Salvador e de centros de ensino superior e pesquisa do interior da Bahia, em demonstração clara do avanço que o conhecimento e a prática universitária vêm apresentando em pólos do Estado que não a Capital.

Da mesma forma, o concurso, para os estudos de consultorias contratadas externamente, se deu quase que por inteiro junto ao setor sediado no Estado da Bahia.

Assim, será possível afirmar-se que a presente coletânea, além das características anteriormente apontadas, de abrangência, atualidade e variedade de usos potenciais que reúne, constitui-se em um momento de afirmação da cultura e da capacidade científico-tecnológica baiana, no equacionamento das realidades do Estado e de sua Capital, assegurando ao planejamento de Salvador o respaldo de conhecimento compatível com os desafios que se colocam para o Município no limiar do terceiro milênio.

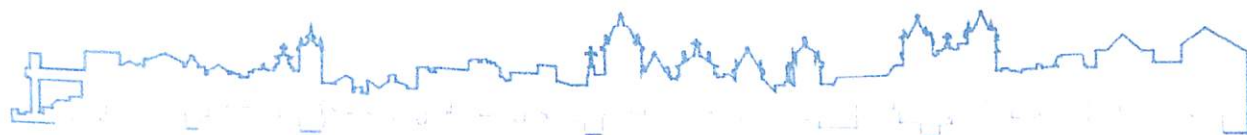
Manoel Raymundo Garcia Lorenzo
Secretário Municipal do Planejamento, Urbanismo e
Meio Ambiente



Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. DESCRIÇÃO PRELIMINAR DA AMOSTRA.....	18
2.1 Criptoeconomia, Informalidade, Exclusão e Inclusão Sociais.....	19
2.2 Mensuração da Economia e do Trabalho Informais.....	24
3. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, EXCLUSÃO SOCIAL E INFORMALIDADE	26
3.1 Evolução da Informalidade e da Exclusão em Salvador nos Anos 90	30
4. CARACTERÍSTICAS PESSOAIS DOS TRABALHADORES INFORMAIS	32
4.1 Faixas de Idade	32
4.2 Cor.....	35
4.3 Sexo	36
4.4 Posição no Domicílio	37
4.5 Grau de Instrução.....	37
4.6 Informalidade e Migração	39
5. INFORMALIDADE, OCUPAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO	41
5.1 Posição na Ocupação	41
5.2 Setor de Atividade.....	42
5.2.1 <u>Mudanças Recentes nos Setores de Atividade</u>	45
5.3 Local de Trabalho.....	47
5.3.1 <u>Tamanho da Empresa</u>	48
5.4 Rotatividade e Terceirização	49
5.5 Jornada.....	49
5.5.1 <u>Jornada Semanal</u>	50
5.5.2 <u>Jornada e Posição na Ocupação</u>	50
5.6 Principais Ocupações de Grupos Excluídos.....	50
5.6.1 <u>Ocupações dos Informais e Informais Excluídos</u>	50
5.6.2 <u>Ocupações dos Informais Excluídos que Trabalham Fora da Residência</u>	51
5.6.3 <u>Ocupações dos Autônomos Formais e Informais</u>	52
5.6.4 <u>Ocupações das Mulheres Negras</u>	52
6. SALVADOR, ECONOMIA PARALELA E INFORMAIS INTEGRADOS.....	53
6.1 Características Pessoais dos Ocupados Informais Integrados.....	54

6.2	Características Ocupacionais dos Informais Integrados	56
7.	OCUPAÇÃO, INFORMALIDADE E MICROEMPRESAS EM SALVADOR.....	61
8.	FAMÍLIA E DOMICÍLIO DOS TRABALHADORES INFORMAIS	66
8.1	As famílias do Município de Salvador	66
8.2	Notas sobre os Domicílios dos Informais na RMS	71
9.	RENDA DOS INFORMAIS E EXCLUÍDOS NO MERCADO CONSUMIDOR.....	74
9.1	A Renda dos Excluídos.....	74
9.2	Rendimentos dos Ocupados Formais e Informais	75
9.3	A Renda das Famílias Informais	78
9.4	Peso dos Excluídos no Mercado Consumidor.....	80
10.	PROPOSIÇÕES.....	84

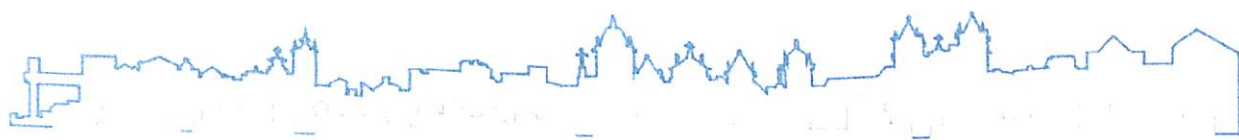


Listagem das Tabelas

TABELA 1 Ocupados na População Total das Amostras PED	24
TABELA 2 Escolaridade dos Ocupados de Salvador e Desemprego.....	29
TABELA 3 Salvador, Demografia e Oferta de Trabalho.....	30
TABELA 4 Evolução da Exclusão Entre os Ocupados Informais de Salvador.....	31
TABELA 5 Informalidade e Exclusão por Faixa Etária em Salvador / Distribuição na Vertical	34
TABELA 6 Informalidade e Exclusão por Faixa Etária em Salvador / Distribuição na Horizontal..	34
TABELA 7 Informalidade e Exclusão dos Homens Ocupados de 25 a 45 anos com 2º Grau Completo ou Maior Escolaridade.....	35
TABELA 8 Escolaridade dos Ocupados de Salvador.....	38
TABELA 9 Migração, Informalidade e Exclusão em Salvador	40
TABELA 10 Ocupação e Informalidade por Setores da Economia / Amostra PED – 1996/1998.....	44
TABELA 11 Ocupação e Informalidade por Setores da Economia / Amostra PED – 1987-1988.....	46
TABELA 12 Local de Trabalho, Informalidade e Exclusão / Amostras PED 1987-88 e 1996-98.....	47
TABELA 13 Tamanho da Empresa e Forma de Ocupação / Amostras PED 1987-88 e 1996-1998....	48
TABELA 14 Principais Ocupações dos Informais e Informais Excluídos	51

TABELA 15	
Participação dos Informais Integrados por Condição Ocupacional.....	54
TABELA 16	
Características Pessoais dos Ocupados Informais Integrados.....	56
TABELA 17	
Posição na Ocupação dos Informais Integrados.....	57
TABELA 18	
Características do Empregador dos Informais Integrados.....	57
TABELA 19	
Setores de Atividade dos Informais Integrados	58
TABELA 20	
Tempo de Atividade dos Informais Integrados.....	59
TABELA 21	
Jornada de Trabalho Semanal dos Informais Integrados	59
TABELA 22	
Jornada de Trabalho Semanal Média dos Informais Integrados por Posição na Ocupação.....	60
TABELA 23	
Rendimento Mensal Médio dos Informais Integrados por Posição na Ocupação.....	60
TABELA 24	
Ocupados na Microempresa por Setor de Atividade.....	62
TABELA 25	
Ocupados na Microempresa por Posição na Ocupação.....	63
TABELA 26	
Empreendedores e Ocupados na Microempresa por Situação Ocupacional.....	63
TABELA 27	
Tempo de Serviço dos Ocupados.....	64
TABELA 28	
Tempo de Serviço dos Ocupados na Microempresa Formais e Informais	65
TABELA 29	
Distribuição Etária da População de Salvador Segundo a PED	67
TABELA 30	
Estatísticas Gerais sobre as Famílias de Salvador	68
TABELA 31	
Informações Gerais sobre as Famílias de Salvador.....	69
TABELA 32	
Outras Características das Famílias de Salvador.....	70

TABELA 33 Domicílios Particulares e Chefiados por Informais da RMS e Valor do Rendimento Médio Mensal Domiciliar, Segundo as Classes de Rendimento Mensal Domiciliar	71
TABELA 34 Domicílios Particulares Permanentes e Chefiados por Ocupados Informais da RMS, por Tipo de Domicílio, Segundo a Condição de Ocupação	72
TABELA 35 Distribuição de Renda dos Excluídos de Salvador	75
TABELA 36 Rendimento Real dos Ocupados de Salvador (Em Reais de Agosto de 1998).....	76
TABELA 37 Rendimento Real Médio dos Ocupados de Salvador Amostra PED 1987/1988 (Em Reais de Agosto de 1998).....	77
TABELA 38 Rendimento Real Médio dos Ocupados de Salvador Amostra PED 1996/1998 (Em Reais de Agosto de 1998).....	77
TABELA 39 Rendimento das Famílias de Salvador.....	79
TABELA 40 Classes de Rendimento das Famílias de Salvador	80
TABELA 41 Despesa Média Mensal Segundo os Tipos de Despesa Salvador 1996-1998 (R\$ Milhões).....	81
TABELA 42 Despesa Média Mensal Segundo Tipos de Despesa em Alimentação Salvador 1996-1998 (R\$ Milhões).....	82



1 Introdução

Este estudo sobre o **trabalho informal** utiliza informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED na Região Metropolitana de Salvador - RMS. Seu universo são os indivíduos **ocupados**, que residem na Capital da Bahia e trabalham nesta cidade ou em outro Município da RMS.

Duas amostras de dados da PED-RMS são trabalhadas e comparadas: 1987-88 e 1996-98. O mercado de trabalho informal de Salvador é quantificado a partir da identificação de três segmentos distintos: a) a informalidade associada à pobreza e à exclusão social - os **informais excluídos**; b) a informalidade com melhores níveis de renda - os **informais incluídos**; e c) a informalidade de renda alta, associada com frequência ao empreendedorismo informal - os **informais integrados**.

Em razão de obstáculos técnicos, o estudo não tem por objeto a exclusão sócio-econômica provocada pelo desemprego.

A análise parte da construção dos conceitos de **ocupado excluído** e de **ocupado incluído**, que são em seguida relacionados à condição de trabalho - **formal** ou **informal**. Os **excluídos** são definidos a partir da distribuição da renda dos ocupados. Considera-se **ocupado informal** o indivíduo empregado sem carteira de trabalho assinada, o ocupado não empregado, que não contribui para a Previdência, e o trabalhador que ganha exclusivamente por produção. Denomina-se **ocupado formal** o ocupado empregado com carteira assinada, o funcionário público estatutário ou pessoa ocupada em outra situação, que contribua para a Previdência.

As principais conclusões do estudo são as seguintes:

- Houve queda nos níveis de rendimento real dos trabalhadores ocupados de Salvador, entre 1987-88 e 1996-98. Também houve incremento do desemprego;
- Admitindo-se como renda mínima de inclusão o rendimento de 2 salários mínimos mensais (que implica uma renda familiar média de 4 salários mínimos por mês), 39,5% dos trabalhadores ocupados de Salvador, com declaração de renda, poderiam ser considerados excluídos em 1996-98 (41,3% na RMS). Isso correspondia,

aproximadamente, a um contingente de 350 mil indivíduos, num total de 880 mil ocupados (ou quase 40% desse total);

- A proporção de trabalhadores informais na população ocupada de Salvador cresceu significativamente, entre 1987-88 e 1996-98;
- Em 1996-98, 43% dos ocupados de Salvador estavam na informalidade, o que correspondia a cerca de 380 mil trabalhadores nesta condição;
- A exclusão atinge mais fortemente os trabalhadores informais. Segundo a amostra de 1996-98, 78% dos ocupados informais de Salvador com declaração de renda eram excluídos;
- A proporção de excluídos entre os ocupados informais de Salvador, contudo, decresceu entre 1987-88 e 1996-98. Para uma porcentagem considerável de trabalhadores informais houve melhoria substancial da renda, apesar das condições precárias de inserção no mercado de trabalho;
- No período coberto pelo estudo, a qualificação educacional da força de trabalho soteropolitana melhorou de modo significativo, mas isso não implicou redução do desemprego. Numa época marcada pela recessão e pela reestruturação produtiva, a empregabilidade não parece ser garantida exclusivamente pela nova formação educacional;
- A população dos ocupados de Salvador é predominantemente de adultos jovens. Cerca de 64% dos ocupados da amostra 1996-98 têm de 18 a 39 anos, sendo que 43% estão situados entre 25 e 39 anos;
- A exclusão e a informalidade entre os ocupados estão fortemente vinculadas à idade. Quanto maior a idade do trabalhador, maiores suas chances de inclusão através de ocupação formal;
- Em Salvador, a informalidade se manifesta em duas situações. De um lado, ela é uma condição temporária, própria dos primeiros contatos com o mercado de trabalho, que diz respeito sobretudo aos jovens de até 24 anos e pode ser revertida com o tempo;
- Para muitos trabalhadores, entretanto, ela se torna uma condição permanente, que configura uma nova forma de inserção no mercado de trabalho, estratégia de sobrevivência ou de sucesso em época de reestruturação produtiva e desemprego estrutural;

- No período estudado, houve ligeira melhoria das condições de inserção dos trabalhadores negros. Todavia, as diferenças socioeconômicas por discriminação racial continuam existindo. Em Salvador, os trabalhadores ocupados brancos são predominantemente incluídos e formais, enquanto os negros estão desproporcionalmente mais presentes entre os informais e os excluídos;
- As diferenças nas taxas de exclusão e informalidade entre as raças não podem ser atribuídas aos diferentes níveis de instrução;
- Há também forte discriminação sexual no mercado de trabalho soteropolitano. Em geral, os homens tendem a ser beneficiados com rendimentos melhores e maior grau de formalização. As mulheres têm aumentado sua participação no mercado (eram 48% da amostra de ocupados em 1996-98), inclusive nas ocupações formais, mas tendem a ficar com os empregos pior remunerados;
- Um grupo especialmente atingido pela exclusão e pela informalidade é o das mulheres negras. Das mulheres negras soteropolitanas da amostra 1996-98, 71,4% eram excluídas e 45,1% eram ao mesmo tempo informais e excluídas. De um total de cerca de 150 mil mulheres nesta última condição, 44,8% são empregadas domésticas residentes no domicílio dos patrões;
- A probabilidade de obtenção de um posto de trabalho depende, em grande parte, do nível educacional. Em Salvador, o desemprego aberto atingia 14,1% da população economicamente ativa em agosto de 1998, com uma taxa máxima de 20,3% para indivíduos entre o 1º grau incompleto e o 2º grau incompleto, mas uma situação de quase pleno emprego para pessoas com nível universitário (4,7% de desemprego);
- O nível de renda também está fortemente atrelado ao grau de escolaridade, com uma melhoria significativa nos rendimentos para as pessoas ocupadas com 2º grau completo ou mais;
- Há forte correlação entre imigração recente, exclusão social e informalidade. Além disso, as dificuldades de inserção para os novos imigrados é cada vez maior;
- Entre os ocupados assalariados a taxa de formalização é alta (73,5%), mas a de exclusão também (50,5%);
- Cresce a proporção de excluídos no setor público, com o uso crescente de estagiários e prestadores de serviços não formalizados;

- Entre os empregadores e donos de negócios familiares, predominam os formais incluídos (51,5%) e os informais incluídos (32,7%);
- Entre os autônomos a informalidade predomina;
- Os trabalhadores domésticos (10,8% dos soteropolitanos ocupados) são majoritariamente (70%) informais excluídos. Houve melhoria na condição destes trabalhadores, provavelmente por efeito da legislação recente, mas a taxa de informalidade continua sendo extremamente alta neste grupo;
- A informalidade está concentrada nos setores de Comércio, Serviços Domésticos, Serviços de Alimentação e Construção Civil. Ela também é alta nas atividades de Limpeza e de Oficina Mecânica;
- A formalização é elevada nas atividades de Administração e Utilidade Pública, Serviços Creditícios, Saúde e Educação;
- Nas atividades de Educação, apesar de uma menor proporção de ocupados informais, a exclusão é particularmente elevada;
- A ocupação tem crescido em Salvador especialmente nos seguintes ramos de serviços: Limpeza e Oficinas, Trabalho Doméstico, Saúde e Serviços Especializados;
- A ocupação tem diminuído na Indústria e - fato preocupante - na Construção Civil. Neste último setor, destaca-se a multiplicação dos informais excluídos;
- A Informalidade cresceu fortemente em alguns setores: Indústria, Transportes, Serviços Auxiliares e Serviços de Alimentação. Ela também cresceu nos Serviços Especializados, mas, neste caso, com o aumento da proporção de informais incluídos;
- Os trabalhadores informais de Salvador exercem sua atividade principal sobretudo na própria residência, em barraca ou banca e ainda sem instalações fixas (em local público ou de porta em porta);
- Estes mesmos trabalhadores operam em pequena escala ou em pequenos estabelecimentos, mais freqüentemente sozinhos, em menor proporções com familiares e sócios;
- A informalidade é especialmente elevada nas micro e pequenas empresas (com até 49 empregados), mas nestas tem se mantido estável (em torno de 46% dos ocupados). A informalidade diminui com o incremento do tamanho da firma;

- A informalidade tem crescido no trabalho familiar por conta própria e - fato relevante - também nas médias e grandes empresas;
- O trabalho informal se caracteriza pela alta rotatividade, mas também pela limitada presença da terceirização. Cerca de 85% dos trabalhadores terceirizados são formais;
- Em Salvador, 47% dos ocupados trabalham mais de 40 horas semanais. Neste grupo, 59,2% trabalham mais de 48 horas por semana;
- Existe pouca correlação entre informalidade e jornadas prolongadas. Muitos informais trabalham menos de 20 horas semanais (em razão da irregularidade e da precariedade de suas ocupações), outros trabalham mais de 40 horas. Por outro lado, é forte a correlação entre exclusão social e carga horária de trabalho elevada;
- No entanto, se a maior parte dos informais excluídos trabalha mais de 48 horas por semana, isto se deve à forte presença, neste grupo, de empregados domésticos;
- As principais ocupações dos informais são: trabalhadores de serventia (em domicílios ou empresas), vendedores, comerciários, cozinheiros e garçons, administradores e gerentes, trabalhadores braçais, condutores de veículos, trabalhadores da construção civil, trabalhadores de limpeza e conservação, e professores;
- Entre os informais excluídos, destacam-se ainda: lavadeiras e passadeiras, trabalhadores de serviços administrativos e costureiras;
- Os informais integrados, elite econômica da informalidade soteropolitana, formam o único grupo da população ocupada que teve ganho real de renda entre 1987-88 e 1996-98;
- Os informais integrados são predominantemente homens maduros e brancos, com 2º grau completo ou mais (67,7%), e mesmo 3º grau completo (20,6%);
- Eles são majoritariamente autônomos que trabalham para o público, ou empregadores e donos de negócios. Destes, parcela significativa é constituída por microempresários;
- Os informais integrados atuam principalmente em atividades de prestação de serviços: Serviços Especializados, de Alimentação, Auxiliares. Seu número também cresceu na Indústria, mas declinou na Construção Civil, com a crise geral deste ramo;

- Para ganhar bem, os informais integrados trabalham em geral mais de 48 horas semanais, particularmente aqueles que administram seus próprios negócios;
- As famílias de Salvador são formadas por 4 indivíduos em média, dos quais 3 em idade e ativa e 2 ocupados;
- O tamanho médio das famílias soteropolitanas parece ter crescido ligeiramente nos últimos anos, muito provavelmente em função de um mini *baby boom* provocado pelo Plano Real;
- O papel da família na manutenção de membros não ativos - filhos ou agregados sem ocupação - é cada vez mais importante;
- Houve aumento importante da proporção de famílias chefiadas por mulheres e por ocupados informais de ambos os sexos;
- Não existem diferenças de renda entre famílias chefiadas por ocupados informais e famílias chefiadas por trabalhadores formalizados;
- Não existem diferenças significativas entre os tipos de domicílio de famílias chefiadas por ocupados informais e aqueles habitados por famílias com chefes formais. Mas a informalidade parece dificultar de modo específico o acesso ao financiamento da casa própria.

São duas as principais questões identificadas deste estudo. **Primeiro:** *o empreendedorismo informal de autônomos e microempresários revela-se uma estratégia muito bem sucedida de inclusão social em Salvador.* Isso coloca o Estado diante de um conhecido dilema. De um lado, há a necessidade de proteger os empreendedores formais, que pagam tributos, desta concorrência desleal, que se utiliza, sem contrapartida, da mesma infra-estrutura e dos mesmos serviços públicos colocados à disposição de quem paga impostos, taxas e contribuições previdenciárias. De outro, num momento de crise, há a necessidade de preservar os pequenos negócios informais, haja vista seu particular dinamismo e seu importante papel na geração de renda e criação de empregos. Coloca-se, então, a questão: como atrair mais empreendedores para a formalidade? **Segundo:** *não existem diferenças significativas entre os rendimentos das famílias chefiadas por trabalhadores informais e aquelas chefiadas por ocupados formais.* As importantes diferenças de renda que existem no plano individual parecem se dissolver no seio das famílias, muito provavelmente porque quase não existe a “família informal”, isto é, composta integralmente por pessoas que só trabalham na informalidade, ainda que exista a “família formal”, ou seja, aquela que é composta de pessoas que só trabalham no mercado formal. Estas últimas respondem por 54,3% das unidades familiares, entre os ocupados.

Contudo, nos casos em que a maior parte da renda familiar se origina do trabalho informal, a família também tende a se beneficiar do usufruto "gratuito" da infra-estrutura e dos serviços públicos. Assim, igualmente do ponto de vista do consumo, o trabalho informal aparece como um custo extra para Estado e para a sociedade como um todo. Este problema ganha maior dimensão quando se considera que outras pesquisas revelam forte correlação entre trabalho informal e consumo no mercado informal - estabelecendo-se, desse modo, um círculo vicioso, que multiplica o volume da sonegação (de tributos diretos e indiretos) e amplia a injustiça social cometida contra os cidadãos que contribuem com o fisco e a Previdência.¹

¹ Ver, por exemplo, Bernard FORTIN, Guy LACROIX e Claude MONTMARQUETTE, "Are Underground Workers More Likely to Be Underground Consumers?", Montréal: CIRANO, *Scientific Series*, junho de 1997.



2 Descrição Preliminar da Amostra

Esta análise do *trabalho informal* no Município de Salvador utilizou informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador – PED/RMS, realizada atualmente na Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA, em convênio com o DIEESE a Fundação SEADE de São Paulo e o Governo do Estado da Bahia, através da SEI/SEPLANTEC.

Foram trabalhadas duas amostras da PED/RMS. A primeira foi produzida no período de outubro de 1987 a dezembro de 1988, composta por 91.528 indivíduos da RMS, com 76.415 residentes no Município de Salvador. A segunda foi gerada entre outubro de 1996 a agosto de 1998, estando constituída por 149.535 indivíduos da RMS, dos quais 119.556 residentes na Capital.

O universo dos **ocupados** que residem em Salvador, trabalhando na Capital ou em outro Município da RMS, é a base para as investigações deste estudo. O conceito de **ocupados** utilizado é aquele definido pela PED; são indivíduos da População em Idade Ativa (PIA) – com 10 anos ou mais de idade – que exercem:

- 1) trabalho remunerado regularmente;
- 2) trabalho remunerado de forma irregular, desde que não estejam procurando trabalho diferente do atual;
- 3) trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie/benefício, e que não estão procurando trabalho diferente.

Estão excluídas desse universo as pessoas que, de forma bastante excepcional, tenham feito algum trabalho remunerado nos últimos 7 dias anteriores à entrevista da PED.²

² SEADE/DIEESE. *Pesquisa de Emprego e Desemprego: Manual de Crítica*, p. 1, setembro, 1991.

2.1 Criptoeconomia, Informalidade, Exclusão e Inclusão Sociais

O trabalho informal tem sido associado à exclusão ou marginalidade social. Esta associação tem por fundamento uma visão dualista do mercado de trabalho urbano nos países subdesenvolvidos, que se difunde a partir de pesquisas realizadas nas décadas de 1970 e 1980, no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Banco Mundial. Segundo o modelo padrão, as cidades do "terceiro mundo" têm uma economia dividida em duas esferas ou circuitos. Há, de um lado, uma economia capitalista moderna e dinâmica, assentada no trabalho assalariado e na grande empresa, transparente porque baseada em transações legais. Existe, de outro, uma economia atrasada e estagnada, fora do controle estatal, alicerçada no trabalho por conta própria e em transações mais ou menos ocultas. Esta última se expande com a incapacidade da primeira para absorver a força de trabalho disponibilizada, nos países subdesenvolvidos, por um forte êxodo rural e por altas taxas de expansão demográfica.³

Esse tipo de visão *negativa* da economia e do trabalho informal começa a ser contestado entre o final dos anos 80 e o início da década dos 90.

- Verifica-se, em primeiro lugar, que a migração do campo para a cidade e a expansão demográfica declinam rapidamente, na maior parte dos países subdesenvolvidos. Estes dois processos tendem a deixar de ser causas fundamentais do crescimento da economia informal urbana. Em contrapartida, do ponto de vista estritamente demográfico, fatores como mudanças na estrutura etária ou no modelo familiar da população das grandes cidades ganham novo peso.
- Percebe-se, em segundo lugar, que a informalidade também pode ser interpretada como um movimento de resistência do *empreendedorismo popular*, face à pressão reguladora do Estado. Dito de outro modo, a economia informal desenvolver-se-ia como uma resposta *positiva* do "verdadeiro mercado" a uma excessiva - e frequentemente corrupta - intervenção estatal em países subdesenvolvidos.

Observa-se, em terceiro, que a informalidade pode também ser explicada como fruto das mutações (ou da crise) do capitalismo no final do século. Uma parcela importante da economia informal é vista como resultado da reestruturação produtiva, forçada pela atual revolução tecnológica e pela desregulamentação de mercados. Isso implica reconhecer que a economia e o trabalho ditos informais não são fenômenos restritos aos países subdesenvolvidos, resultantes do atraso destes. Eles seriam igualmente o produto de uma certa modernidade *global*, materializada em novas relações de produção e trabalho: flexibilização,

³ Um resumo da literatura internacional sobre a economia informal pode ser encontrado em Alejandro PORTES, "The Informal Economy and Its Paradoxes", in SMELSER, Neil J. & SWEDBERG (eds.), *The Handbook of economic sociology*, Princeton: Princeton University Press, 1994, p. 426-49.

subcontratação, terceirização, organizações e operações virtuais, redes de pequenas empresas etc.

A partir desses questionamentos do modelo padrão, amadurecem nos anos 90 novas visões da economia e do trabalho informais. Desse ponto de vista, vale destacar quatro pontos importantes derivados das novas interpretações.

X **Primeiro:** é preciso entender a economia informal como um subconjunto de algo mais amplo - a *economia subterrânea*, também conhecida como *economia submersa* ou *criptoeconomia*.⁴ Esta compreende pelo menos *quatro formas que podem se superpor*.

- 1) a *economia ilegal*, que engloba a produção e distribuição de bens e serviços proibidos (tráfico de drogas, jogo clandestino, contrabando e outras atividades);
- 2) a *economia não declarada*, que inclui a produção e comercialização sem registro em empresas formais, visando à sonegação fiscal, o não pagamento de encargos sociais etc.;
- 3) a *economia não computada*, que abrange as atividades econômicas não consideradas como produtoras de valores de troca (trabalho familiar doméstico, auto-serviço, agricultura de subsistência e outras); e, finalmente,
- 4) a *economia informal* propriamente dita, que compreende as atividades e transações que se realizam - integral ou parcialmente - fora da cobertura do sistema legal existente, isto é, à revelia dos contratos de trabalho, dos sistemas de seguridade social, das licenças de funcionamento etc.

Segundo: se o *trabalho informal* é definido de forma análoga à economia informal, ou seja, como trabalho exercido à margem do sistema legal e, portanto, sem a proteção da seguridade social, segue-se que *ele pode ser encontrado no conjunto da economia submersa*, inclusive sob a forma criminosa, mas também no interior de instituições perfeitamente legalizadas, tais como grandes e médias empresas privadas, ONGs e até mesmo instituições estatais.

↘ Dito de outro modo, o trabalho informal não está limitado às atividades de subsistência de indivíduos (autônomos ou trabalhadores por conta própria) e de famílias (microempresas familiares ou trabalho independente em domicílio), tipicamente associadas à pobreza, ao subemprego e aos baixos níveis de produtividade. Ele também aparece em outras áreas, ainda que com menor frequência, e especialmente em dois espaços dinâmicos da economia capitalista contemporânea: a) no interior de firmas que buscam reduzir custos com estruturas

⁴ Sobre este conceito, ver, por exemplo, Beatriz Melo Flôres DE LIMA, *Criptoeconomia ou economia subterrânea*, Estudos Especiais IBRE - n. 5, Rio de Janeiro: FGV, janeiro de 1985.

mais flexíveis, e que, para isso, se utilizam diretamente de força de trabalho não registrada; b) nas transações de firmas que buscam estas mesmas vantagens competitivas, através de operações subcontratadas ou terceirizadas informalmente, e que, para tanto, se valem do trabalho informal de autônomos e de pessoas subordinadas a micro e pequenas empresas, cooperativas, "gatos" etc.

Terceiro: se a *informalidade* não é obrigatoriamente sinônimo de marginalidade social, exclusão ou pobreza, é porque ela *pode vir a ser também uma estratégia bem sucedida de inserção e ascensão sociais*. Em outras palavras, atividades excluídas, no todo ou em parte, do contexto legal podem abrigar trabalhadores e empreendedores socialmente integrados, inclusive do ponto de vista da renda pessoal. Para estes, com frequência, a informalidade é uma opção voluntária, uma alternativa de redução de custos de operação e transação, que garante o sucesso de seus empreendimentos.

Quarto: se tudo isso é verdade, é preciso rever pelo menos parcialmente o antigo modelo da OIT, que caracteriza a economia informal como aquela onde: a) são reduzidas as barreiras à entrada de novos empreendedores, pois os mercados são concorrenciais; b) as empresas são familiares ou individuais; c) os empreendimentos têm pequena escala; d) as empresas são intensivas em trabalho, utilizam tecnologias atrasadas e operam, portanto, com baixa produtividade; e) os empreendedores têm reduzido potencial de acumulação e f) empreendedores e trabalhadores têm pouca educação e qualificação formais.

De fato, tanto a reorganização das estruturas da economia informal tradicional, quanto o desenvolvimento de uma moderna informalidade, têm contribuído para multiplicar o número de exceções a estes parâmetros. Na economia ilegal e informal podem ser consideráveis as barreiras à entrada; é o caso, por exemplo, do jogo clandestino. O mesmo pode acontecer em setores semilegalizados, como em nichos específicos do comércio ambulante ou dos serviços de alimentação. Ao mesmo tempo, a reorganização da economia informal em redes de subcontratação e terceirização implica outro significado para a dimensão familiar ou individual de muitos negócios. Em que sentido, por exemplo, o comércio ambulante de bens importados ou contrabandeados é ainda uma atividade de pequenos agentes independentes? Como tais economias em rede podem ser caracterizadas como de pequena escala? Na mesma direção, por que negar o conteúdo tecnológico avançado das atividades informais ligadas à área de informática? Como tratar o contexto marcadamente informal da nova e reestruturada indústria urbana de confecções? Como desconhecer as fortunas acumuladas nos setores de entretenimento e lazer mais ou menos informais, associados às manifestações da cultura local?

- ✦ Na tentativa de responder parcialmente a essas questões, a primeira opção deste estudo foi quantificar o mercado de trabalho informal no Município de Salvador a partir da identificação

de três segmentos distintos (mas fortemente inter-relacionados) da economia subterrânea local:

- 1) a informalidade que reúne trabalhadores de baixa escolaridade e limitada produtividade, com ocupações precárias, associada em geral à pobreza e à exclusão social - os **informais excluídos**;
- 2) a informalidade constituída de trabalhadores e micro empreendedores mais capacitados, com melhores níveis de renda, que constitui parte importante da economia oculta da cidade - os **informais incluídos**; e
- 3) a informalidade de rendimentos superiores, elite dos informais incluídos - os **informais integrados**.

É claro que, *na economia como um todo, a principal categoria de trabalhadores excluídos é constituída por uma fração importante dos desempregados*: aqueles que não têm qualquer fonte de renda e nem dispõem de sustentação ou apoio familiar. Na Capital baiana, o conjunto dos desempregados representava 9,2% da população economicamente ativa (PEA), em outubro de 1998, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, o que correspondia a pouco mais de 100 mil pessoas em desemprego aberto. A PED, por sua vez, registrava, em agosto de 1998, uma taxa de desemprego total (inclusive oculto) de 23,9%, atingindo cerca de 340 mil pessoas, e um desemprego aberto de 14,1%, correspondendo a pouco mais de 200 mil trabalhadores.⁵

Este estudo, no entanto, não considera os excluídos desempregados. A razão é simples. Trata-se de uma análise do perfil socioeconômico do trabalhador informal de Salvador, amarrada, como se verá em seguida, a uma definição particular de trabalho informal: ocupação sem carteira assinada ou sem contribuição previdenciária. Esta definição impossibilita a caracterização do trabalhador desempregado. Impossível determinar, com base no questionário aplicado pela PED, a natureza de vínculos com o mercado de trabalho anteriores (ou posteriores) ao desemprego.

A análise da inclusão e da exclusão sociais parte, assim, da construção dos conceitos de **ocupado incluído** e **excluído**, que são em seguida associados à condição de informal ou formal. Os *excluídos* foram definidos com base num estudo geral sobre os rendimentos dos ocupados, segundo um método frequentemente aplicado em pesquisas similares. Considerou-se nesta condição os indivíduos que têm rendimento abaixo da mediana da distribuição da amostra, ou seja, aqueles que ganham abaixo do valor de rendimento que divide toda a amostra de ocupados, *com declaração de rendimento*, ao meio.

⁵ As principais diferenças entre as metodologias da PED e da PME estão no conceito de PIA e de PEA. A PIA da PME engloba jovens a partir de 15 anos, enquanto a da PED inclui crianças a partir de 10 anos. Além disso, a PED considera o desemprego oculto (por desalento e por precariedade do trabalho), enquanto a PME leva em conta apenas o desemprego aberto. Isso afeta as estimativas da PEA, das taxas de desemprego e, por consequência, do número absoluto de desempregados.

Para a amostra da RMS, o valor da mediana da distribuição foi de R\$ 297,00 (duzentos e noventa e sete reais) na amostra 1987-88 e de R\$ 245,00 (duzentos e quarenta e cinco reais) para 1996-98, em reais de agosto de 1998.⁶ Estes valores estavam próximos de uma renda individual de 2 salários mínimos mensais deste último ano (R\$ 260,00). Considerando-se ainda que o número médio de pessoas ocupadas por família era, segundo a PED, próximo de dois na RMS, o valor da mediana corresponde em geral a uma renda familiar de aproximadamente quatro salários mínimos.⁷

No caso do Município de Salvador, a mediana alcançou valores ligeiramente mais elevados: R\$ 312,00 (trezentos e doze reais) na amostra 1987-88 e R\$ 267,00 (duzentos e sessenta e sete reais) em 1996-98.

Esses valores apontam de saída para dois fatos. O primeiro é o nível de renda superior na Capital (que concentra cerca de 80% dos indivíduos das duas amostras). O segundo é a queda dos níveis de rendimento real no período entre 1987-88 e 1996-98.

Na Região Metropolitana de Salvador, a proporção de indivíduos ocupados, nas amostras, era de 47,6% em 1987-88 e de 38,3% em 1996-98. Levando-se em conta apenas a População em Idade Ativa da RMS⁸, os ocupados representavam 50% da amostra de 1987-88 e 46,3% da amostra de 1996-98 (tabela 1).

No Município de Salvador, as proporções de ocupados na população e na PIA eram um pouco superiores às verificadas para a RMS (em razão do menor desemprego na Capital).

Em termos absolutos, para uma PEA calculada em pouco mais de 1,4 milhão de pessoas em agosto de 1998, segundo os critérios da PED, *poder-se-ia estimar em cerca de 880 mil os trabalhadores ocupados de Salvador.*

Admitindo-se como renda mínima de inclusão o rendimento de 2 salários mínimos mensais (que implica em tese uma renda familiar média de 4 salários-mínimos por mês), 39,5% dos trabalhadores ocupados de Salvador, com declaração de renda, poderiam ser considerados excluídos em 1996-98 (41,3% na RMS). *Isso correspondia, aproximadamente, a um contingente de 350 mil indivíduos, num total de 880 mil ocupados.*

⁶ O valor de um dólar em agosto de 1998 era de R\$ 1,18.

Do ponto de vista do poder de compra da população de baixa renda, o que deve ser levado em conta é a renda familiar. As famílias de menor renda, com efeito, tendem a adotar esquemas domésticos de divisão de despesas que asseguram o acesso, via crediário, aos bens de maior valor, especialmente no caso dos duráveis. Neste sentido, uma renda familiar superior a quatro salários mínimos é consistente com a condição de "incluído". nos marcos, é claro, do contexto socioeconômico de pobreza que caracteriza uma Capital do Nordeste.

⁸ Como se avançou, a População em Idade Ativa – PIA da PED é composta por indivíduos de 10 anos de idade ou mais, entre os quais são levantadas informações detalhadas sobre atividade econômica e mercado de trabalho.

TABELA 1 - Ocupados na População Total das Amostras PED (%)

Ocupados	1987-88		1996-98	
	RMS	Salvador	RMS	Salvador
Ocupados na População	47,6	47,9	38,3	39,8
Ocupados na PIA	50,0	50,3	46,3	47,6
Ocupados				
Informais	41,9	38,7	46,3	43,0
Informais Excluídos	31,9	32,1	34,9	32,8

Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE. Cálculos da Equipe.

2.2 Mensuração da Economia e do Trabalho Informais

A literatura internacional sobre a economia subterrânea registra quatro metodologias básicas para a estimativa de sua magnitude. São elas: a) a abordagem macroeconômica, que tenta medir a economia submersa como proporção do PNB; b) a mensuração baseada no consumo familiar de bens e serviços de origem não formal; c) a estimativa do número e da proporção de microempresas na economia; e d) a abordagem baseada na análise do mercado de trabalho.

Este estudo está baseado neste último método. Trata-se de avaliar as dimensões da economia subterrânea a partir da análise do trabalho informal. Como na maior parte dos estudos e pesquisas que adotam tal procedimento, admite-se que a cobertura da rede de seguridade social é uma *proxy* para relações de trabalho formais; define-se, em seguida, o trabalho informal como aquele que não é protegido por este sistema de seguridade.

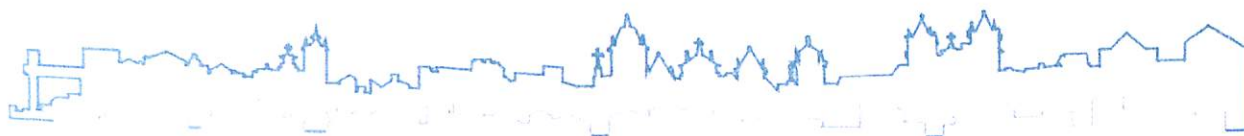
Foi considerado **ocupado informal** o indivíduo empregado sem carteira de trabalho assinada, o ocupado não empregado que também não contribui para a Previdência Social e, ainda, o trabalhador que ganha exclusivamente por produção. Por oposição, foi definido *formal* o ocupado empregado com carteira de trabalho assinada, funcionário público estatutário ou pessoa ocupada em outra situação, desde que contribuindo para a Previdência Social.

Entre os ocupados das amostras da RMS, 41,9% eram informais em 1987-88, crescendo para 46,3% em 1996-98. No Município de Salvador, as taxas de informalidade registradas eram menores, refletindo, como esperado, condições de inserção na ocupação um pouco melhores em relação à periferia metropolitana: 38,7% dos ocupados soteropolitanos eram informais em 1987-88, aumentando para e 43% em 1996-98.

Em Salvador, houve, portanto, crescimento significativo da informalidade, na década de 90.

Entre os trabalhadores ocupados de Salvador, a exclusão, como seria de se prever, atinge mais fortemente os trabalhadores informais. Na amostra soteropolitana de 1996-98, 75,7% dos ocupados informais com declaração de renda eram excluídos.

A proporção de informais na população ocupada de Salvador cresceu significativamente entre 1987-88 e 1996-98. As razões do fenômeno são múltiplas e têm origem exterior à economia regional.



3 Reestruturação Produtiva, Exclusão Social e Informalidade

↙ Cinco processos fundamentais têm redefinido as economias brasileira, baiana e soteropolitana. São eles: a) maior integração da economia nacional no processo de globalização; b) peso cada vez maior da tecnologia como insumo produtivo e fator de desenvolvimento; c) mudança da natureza do trabalho, com o crescimento da demanda por novas habilidades profissionais; d) crise financeira do Estado, com o aumento da importância relativa dos setores privado e público não-governamental ("terceiro setor"); e, finalmente, e) mudança do perfil demográfico e social da população.

Nos anos 90, a maior abertura da economia brasileira para o exterior traduziu-se concretamente em maior penetração de produtos e capitais estrangeiros. As empresas nacionais foram obrigadas a competir no mercado interno com o produto importado (e contrabandeado), em condições difíceis, haja vista a política de valorização cambial. Esta mesma política dificultou em muito as exportações nacionais, como no caso das empresas petroquímicas da Bahia.

↖ O resultado foi, em primeiro lugar, a quebra de muitas empresas brasileiras, em vários segmentos produtivos. Ramos inteiros, a exemplo da indústria de brinquedos e do complexo têxtil-confecções, estiveram próximos do colapso. Eis uma primeira razão para a destruição do emprego formal: a crise dos setores prejudicados pelas políticas tarifárias e cambiais dos anos 1990-1998. A concorrência externa e o desemprego atingiram tanto os ramos exportadores quanto os segmentos voltados para o mercado interno, que sobreviviam graças aos subsídios e tarifas protetoras.

Em segundo lugar, ocorreu significativa desnacionalização. A penetração do capital estrangeiro com base na aquisição de empresas nacionais, privadas ou estatais, resultou também em mais desemprego, pois este capital trouxe consigo novas tecnologias e novos formatos organizacionais (caso, por exemplo, das companhias de telecomunicações regionais).

Ademais, entre 1994 e 1998, o câmbio valorizado estimulou a atividade ilegal do contrabando, tornando extremamente barata a quinquilharia importada clandestinamente. De um lado, as "sacoleiras" que se abasteciam no Paraguai. De outro, empreendedores "submersos" de maior

porte, que passaram a agir como atacadistas, fornecendo mercadorias a uma extensa rede urbana de vendedores ambulantes.

As novas tecnologias, especialmente as tecnologias da informação (TI)⁹, têm alterado tanto as condições de trabalho, quanto a localização do próprio trabalho. Seu impacto sobre a economia local verifica-se em pelo menos quatro planos.

- Primeiro: empresas e outras organizações têm modificado suas estruturas e processos, enxugando seus quadros, superdimensionados face às novas tecnologias. Isso tem provocado grande desemprego em segmentos importantes, como telefonia, serviços financeiros ou varejo de combustíveis.
- Segundo: empresas e outras organizações têm substituído suas rígidas burocracias por estruturas mais flexíveis. Estas respondem mais eficientemente às flutuações de demanda, cada vez mais intensas, e, ao mesmo tempo, à necessidade frequente de customização dos produtos. Isso significa, do ponto de vista do trabalho, maior proporção de mão-de-obra empregada por tempo parcial, por tarefa, temporariamente ou ainda terceirizada e subcontratada.
- Terceiro: as novas tecnologias têm permitido que empresas e outras instituições se organizem em redes de fornecedores, o que implica elevação da produtividade, redução de custos e economia de força de trabalho. Esse tipo de movimento tem se processado aceleradamente em diversos setores e segmentos, como no caso das relações entre o grande comércio varejista (supermercados e outros ramos) com seus fornecedores de bens (fábricas) e serviços (caso do sistema bancário). A consequência mais direta tem sido a destruição do emprego nos departamentos de retaguarda das empresas: contabilidade, armazenagem etc.

Finalmente, o uso das TI e o barateamento das telecomunicações e do transporte, particularmente do aéreo, têm permitido a realocação de empresas e a montagem de redes inter-regionais e internacionais de suprimento (*global sourcing*). Estes últimos movimentos têm duplo significado, do ponto de vista do mercado de trabalho local. Há desaparecimento de postos de trabalho, por exemplo, em segmentos do setor financeiro e dos serviços especializados locais. Mas ocorre também a atração de unidades produtivas, sobretudo quando empresas *footloose* podem se beneficiar com custos mais baixos de mão-de-obra e incentivos fiscais.

As novas tecnologias têm eliminado ocupações tradicionais (telefonistas, caixas bancários, torneiros mecânicos e outras), mas têm igualmente criado novas oportunidades (técnicos de informática, professores de 3º grau, profissionais da saúde etc.). O problema é que as pessoas

⁹ Uso de máquinas de controle numérico programáveis, máquinas flexíveis e sistemas flexíveis de produção assistida por computador, bancos e armazéns de dados, sistemas de intercâmbio eletrônico e automático de dados, visualização digital e desenho auxiliado por computadores, inteligência artificial, redes de microcomputadores, máquinas de auto-serviço etc.

desempregadas pelas novas tecnologias não têm as habilidades exigidas para os novos postos. Além disso, a criação de novos postos não tem acompanhado - quantitativamente - o crescimento oferta de força de trabalho, que resulta do desemprego nos setores e segmentos tradicionais.

Na tentativa de melhorar este quadro, tem sido crescente o investimento público e privado em educação, reciclagem e treinamento. No mesmo sentido, tenta-se identificar as ocupações que criarão vagas e as habilidades necessárias aos novos postos, tendo em vista a criação de novos cursos e programas, bem como a redefinição de currículos ultrapassados. Ademais, há grande preocupação com a educação básica, pois as empresas e outras instituições têm demandado uma força de trabalho de conhecimento flexibilizado, de qualificação polivalente, adaptada ao trabalho em equipe e detentora de competências duráveis: domínio de linguagens, automotivação, criatividade, capacidade de iniciativa etc.

Essas práticas são visíveis no cotidiano de grandes cidades brasileiras, como Salvador. Ocorre, primeiramente, a multiplicação de cursos de informática, de línguas estrangeiras, escolas de 2º grau e faculdades. Há, em segundo plano, intensa discussão curricular em escolas técnicas e Universidades, com o aparecimento, em paralelo, de centenas de cursos de extensão e pós-graduação. Um terceiro processo são as iniciativas no interior de grandes empresas e do chamado sistema "S" (SENAI, SENAC e SENAR), onde se multiplicam os esforços de qualificação e treinamento.

Entretanto, todo esse movimento tem sido questionado. Três críticas básicas vêm sendo feitas. De saída, discute-se a eficácia da reciclagem da mão-de-obra madura, descartada pelas novas tecnologias. Afirma-se que a relação custo/benefício do treinamento seria muito mais favorável para a preparação das novas gerações, pois estas se adaptariam melhor às novas condições de trabalho. Em paralelo, contesta-se a qualidade dos "novos" currículos e programas. Na ausência de uma integração maior entre os sistemas de ensino e as empresas, muito do que é apresentado como tecnologicamente avançado é, na realidade, inadaptado, tanto do ponto de vista do conteúdo quanto do formato. Finalmente, o que é mais importante: *num período marcado pela recessão ou por reduzidas taxas de crescimento, a empregabilidade não é garantida exclusivamente pela nova formação educacional.*

Dito de forma mais clara, de pouco adiantam os novos cursos de formação básica, de treinamento, especialização ou reciclagem, se o número de empregos criados pela economia é limitado pelo ritmo de expansão da atividade produtiva. E, de fato, é importante observar que, *no período coberto por este estudo, a qualificação formal da força de trabalho soteropolitana melhorou significativamente, sem que, entretanto, Salvador perdesse a condição de metrópole brasileira recordista em desemprego (ver tabela 2).*

As reduzidas taxas de crescimento econômico e o conseqüente desemprego são também resultados da crise fiscal do Estado brasileiro. Até o final da década de 80, o incremento do emprego público serviu para amortecer o impacto negativo da combinação de revolução tecnológica com esgotamento da industrialização por substituição de importações. Enquanto o setor privado começava a demitir, os governos ainda empregavam. Mas, nos anos 90, o Estado viu sua capacidade de investimento e gasto diminuir, a ponto de ser obrigado a inverter sua própria política de emprego: em todos os níveis, do federal ao municipal, a prioridade tornou-se "enxugar a máquina", através de planos de demissão voluntária, redução de salários reais, diminuição da jornada de trabalho etc.

A crise fiscal do Estado manifestou-se num quadro de hegemonia do discurso neoliberal e de abundância de capitais privados, nacionais e estrangeiros, em busca de oportunidades de investimento. O crescimento explosivo da dívida pública, em razão da política econômica adotada a partir de 1994, levou à aceleração da política de privatizações, com forte destruição do emprego formal. Em todo o país e também em Salvador, a transformação de empresas estatais em privadas implicou racionalização de estruturas e processos de produção, com demissões e incremento do uso de força de trabalho terceirizada.

TABELA 2 - Escolaridade dos Ocupados de Salvador e Desemprego (%)

Escolaridade	1987-88	1996-98
<i>Analfabetos - sem escolaridade ou sem declaração</i>	6,8	4,3
<i>1º grau incompleto</i>	50,2	37,6
<i>1º grau completo ao 2º incompleto</i>	15,0	15,6
<i>2º grau completo ao 3º incompleto</i>	22,0	31,6
<i>3º grau completo</i>	6,0	11,0
<i>Taxa de desemprego aberto (nas amostras PED)</i>	8,8	12,2

Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE. Cálculos da Equipe.

• Todos esses fatores somam-se a um momento particular de transição demográfica. Caem as taxas de crescimento populacional e a proporção de recém-imigrados na força de trabalho de Salvador, mas a população economicamente ativa continua a crescer rapidamente, por força de dois elementos: a) massiva entrada de novas gerações no mercado de trabalho (jovens e

adultos jovens); e b) crescimento da participação de mulheres na PEA. A tabela 3 resume estas mudanças.

TABELA 3 - Salvador, Demografia e Oferta de Trabalho (%)

Indicadores	1980-91	1991-96
<i>Taxa de crescimento anual da população</i>	3,2	1,3
	1980	1996
<i>PIA (população de 15 a 64 anos)</i>	59,8	67,1
	1987-88	1996-98
<i>Recém-imigrados na PEA*</i>	7,1	5,0
<i>Participação das mulheres na PEA</i>	44,6	48,0

Fontes: IBGE - Censos Demográficos 1980 e 1991 e Contagem Nacional da População 1996; PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE. Cálculos da Equipe.

* Pessoas que residem há 3 anos ou menos no Município

Como se verá mais adiante, as taxas de informalidade e exclusão não são proporcionalmente mais altas apenas entre os imigrantes; elas são elevadas também para os trabalhadores mais jovens e para as mulheres.

3.1 Evolução da Informalidade e da Exclusão em Salvador nos Anos 90

A comparação das amostras PED de 1987-88 e 1996-98 revela um crescimento significativo do desemprego e da informalidade (dos ocupados) em Salvador.

Uma análise mais ampla da exclusão social deveria levar em conta o desemprego. Em Salvador, segundo a PED, este passou de 8,8%, na amostra 1987-88, para 12,2% em 1996-98, no conceito de aberto, e de 15,6% para 21,3%, no conceito de total. Assim, a exclusão por desemprego teria crescido consideravelmente na capital baiana, no intervalo considerado. Isto não somente em termos relativos, mas sobretudo em termos absolutos. Em princípio, como foi visto, estariam excluídos socialmente por desemprego, no mês de agosto de 1998, entre 200 mil e 340 mil trabalhadores soteropolitanos.

Pelas razões já apontadas, a informalidade também cresce. Entre os ocupados das amostras do Município de Salvador, 38,7% eram informais em 1987-88 e 43% eram informais em 1996-98 (ver tabela 1).¹⁰

TABELA 4 – Evolução da Exclusão Entre os Ocupados Informais* de Salvador (%)

Ocupados	1987-88	1996-98
<i>Ocupados informais excluídos</i>	82,3	75,7
<i>Ocupados informais incluídos</i>	17,7	24,3

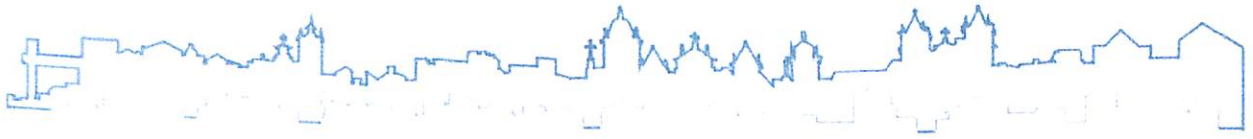
Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE. Cálculos da Equipe.

* Com declaração de rendimentos

No entanto, como mostra a tabela 4, a *proporção de excluídos entre os ocupados informais de Salvador decresceu entre 1987-88 e 1996-98*. Trata-se, evidentemente, de números relativos; a quantidade absoluta de informais excluídos pode e deve ter aumentado no período. Ainda assim, as mudanças percentuais revelam que *para uma proporção considerável de trabalhadores informais houve melhoria substancial de renda, apesar de condições precárias de inserção no mercado de trabalho*.

Esses dados são uma primeira indicação da existência de uma informalidade integrada em Salvador. O tema voltará a ser discutido, particularmente na seção 6.

¹⁰ Essa última proporção é próxima da encontrada pela PNAD 95, com base nos mesmos critérios, que foi de 46,2%.



4 Características Pessoais dos Trabalhadores Informais

4.1 Faixas de Idade

- A população dos ocupados da amostra PED 1996-98 de Salvador é predominantemente de adultos jovens - 62,7% dos ocupados têm idade entre 18 e 39 anos. Entre estes, 42,8% situam-se no intervalo de 25 a 39 anos. O segmento de 10 a 17 anos é representado por uma minoria de 6,0% dos ocupados, enquanto a faixa de 40 anos ou mais inclui uma parcela significativa, de 31,8% dos ocupados.

Essa distribuição etária mudou relativamente pouco, entre 1987-88 e 1996-98. Houve redução da proporção de mais jovens (10 a 17 anos) e um aumento da participação de ocupados de mais idade (com mais de 40 anos), que se explicam fundamentalmente pelo envelhecimento da população da cidade.

Na faixa de idade de 10 a 17 anos, os trabalhadores ocupados são excluídos (97,5% em 1987-88 e 98,5% em 1996-98) e estão na informalidade (92,1% em 1987-88 e 88,5% em 1996-98), enquanto os jovens ao mesmo tempo informais e excluídos são 90,8% no primeiro período, e 87,2% no segundo. A ligeira e parcial melhora na condição ocupacional desta fração da força de trabalho não diminui a gravidade do problema colocado pela exploração do trabalho infantil e juvenil em Salvador. Os dados sinalizam para a permanência desta questão social, bem como para as dificuldades de inserção no mercado de trabalho enfrentadas pela mão-de-obra jovem, mais inexperiente e dependente.

Entre os ocupados de 18 a 24 anos também predomina a exclusão. Ela não só permanece como aumenta, entre 1987-88 e 1996-98. De fato, nesta faixa, os trabalhadores excluídos eram 68% no primeiro intervalo e 77,5% no segundo. A taxa de informalidade cresce igualmente no período: de 44,8% para 53,3%. Por fim, neste grupo, os ocupados ao mesmo tempo informais e excluídos são uma fração importante e que se expande - de 38,3% para 46,3%.

Confirma-se, assim, a situação que constitui o pano de fundo de certas estatísticas policiais. Sabe-se, por exemplo, que a esmagadora maioria dos homicídios praticados em Salvador têm

por vítimas jovens entre 17 e 24 anos, residentes em bairros da periferia. Nesta faixa de idade, o homicídio é a principal causa de mortalidade na Capital do Estado.¹¹ O que vale para os homicídios, é verdadeiro também para outras modalidades de crime. Se é claro que o desemprego e a dificuldade de inserção no mercado de trabalho não são as únicas causas da violência urbana, mostra-se impossível negar a alta correlação entre estas situações. Os dados da PED apontam, sem dúvida, para a urgência de políticas específicas de integração destinadas a esta faixa de idade.

No intervalo de 25 a 39 anos, verifica-se uma primeira mudança no quadro: a exclusão atinge, em 1996-98, 45,9% deste segmento e a informalidade 36,9%. Formais e incluídos somam 42,5% entre estes trabalhadores adultos e maduros. É verdade que este grupo também conheceu um aumento das taxas de exclusão e informalidade, que eram, cerca de dez anos antes, de 40,6% e 27,9%, respectivamente. Todavia, já fica claro que os dois fenômenos estão inversamente relacionados à idade: quanto mais adulto o trabalhador, maiores as chances de inclusão através de ocupação formal.

Essa tese se confirma: na faixa que compreende os trabalhadores com 40 anos ou mais, a exclusão e a exclusão com informalidade continuam a diminuir. A proporção de ocupados incluídos chega a 60,4% e os formais passam a representar 63,2%. Entre 1987-88 e 1996-98, houve até mesmo um aumento dos incluídos nesta faixa etária (eram 53,8% na primeira amostra) e apenas uma pequena redução na porcentagem de formais (eram 66,4%).

O amadurecimento do trabalhador, que implica provavelmente o aumento de experiência e melhores condições de inserção profissional no passado, parece resultar numa maior taxa de formalização, com melhor nível de renda.

Y A comprovação da maior informalidade dos mais jovens reabre o debate sobre as duas hipóteses que procuram explicar o caráter da inserção desses ocupados no mercado de trabalho. À primeira vista, a informalidade parece ser uma condição temporária, própria de um primeiro contato com o mercado de trabalho, e que seria revertida com o tempo. Existe, no entanto, uma segunda hipótese. A informalidade pode ser também uma condição permanente de ocupação, configurando uma nova forma de inserção no mercado de trabalho, estratégia de sobrevivência (e mesmo de sucesso) numa época de reestruturação produtiva e desemprego.¹²

¹¹ Ver. por exemplo. "Desemprego concorre para aumentar violência na RMS", A Tarde, 27/12/1999, Local, p. 3.

¹² Faz-se referência aqui à massa de trabalhadores de baixa renda e não à minoria de bem sucedidos informais que pode estar optando voluntariamente por continuar na informalidade.

TABELA 5 - Informalidade e Exclusão por Faixa Etária em Salvador (%)
Distribuição na Vertical

Faixa Etária	Informais Excluídos		Informais Incluídos		Formais		Total de Ocupados	
	87-88	96-98	87-88	96-98	87-88	96-98	87-88	96-98
10 a 17 anos	16,7	15,9	1,0	0,6	1,1	1,1	8,5	5,6
18 a 24 anos	27,2	29,1	17,3	13,7	20,9	16,3	23,2	19,9
25 a 39 anos	33,8	33,1	49,0	47,1	50,5	47,4	42,9	42,8
40 anos ou mais	22,4	21,8	32,8	38,6	27,5	35,1	25,4	31,8

Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE. Cálculos da Equipe.

TABELA 6 - Informalidade e Exclusão por Faixa Etária em Salvador (%)
Distribuição na Horizontal

Faixa Etária	Informais Excluídos		Informais Incluídos		Formais Excluídos		Formais Incluídos	
	87-88	96-98	87-88	96-98	87-88	96-98	87-88	96-98
10 a 17 anos	90,8	87,2	N.S.	N.S.	6,7	11,3	N.S.	N.S.
18 a 24 anos	38,3	46,3	6,5	7,0	29,7	31,2	25,5	15,4
25 a 39 anos	20,4	25,3	7,5	11,5	20,2	20,6	52,0	42,5
40 anos ou mais	25,7	23,5	8,2	13,3	20,5	16,1	45,6	47,1

Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE. Cálculos da Equipe.

Na verdade, os dados da PED parecem comprovar que os dois movimentos ocorrem simultaneamente em Salvador, ao longo da década de 90.

Quando se examina a evolução do chamado *core* do mercado de trabalho, isto é, o movimento dos indivíduos do sexo *masculino* que, em Salvador, têm *idade entre 25 e 45 anos* e contam com *pelo menos o 2º grau completo*, pode-se obter uma melhor avaliação das mudanças nas formas de inserção socioeconômica. O pressuposto é que tais indivíduos constituem o grupo mais estável do mercado de trabalho; podem, portanto, resistir melhor às pressões conjunturais. Ora, a comparação das amostras 1987-88 e 1996-98 da PED para Salvador revela um aumento da informalidade para o *core* de ocupados com declaração de renda e, ao mesmo tempo, significativo crescimento da proporção destes na condição de *informais incluídos*.

O corolário é que, se em Salvador é válida a correlação entre maturidade e formalidade mais inclusão, é verdade, também, que, na conjuntura particular dos difíceis anos 1987-98, *mesmo o núcleo mais privilegiado foi atingido pela reestruturação produtiva combinada com a recessão. O core não transitou para a formalidade, como era de se esperar. Ao contrário, quase 10% dele se deslocou ou foi deslocado para a condição de informal. E é válido repetir que nesta fração - cerca de 10 mil pessoas em 1998 - a maioria encontrava-se na condição de incluído, apesar da informalidade (ver tabela seguinte).*

TABELA 7 - Informalidade e Exclusão dos Homens Ocupados de 25 a 45 Anos com 2º Grau Completo ou Maior Escolaridade (%)

Condição	1987-88	1996-98
Informais Excluídos	5,4	5,4
Informais Incluídos	5,9	15,0
Formais Excluídos	10,6	7,6
Formais Incluídos	78,1	72,0

Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE. Cálculos da Equipe.

4.2 Cor

A história da Cidade de Salvador explica a predominância da população negra, fato que determina a composição das amostras de ocupados da PED. Na pesquisa de 1996-98, 79,7% foram considerados negros (o que inclui "pardos") e 20,3% brancos. Os negros são 88,5% dos trabalhadores informais excluídos e 72,6%, bem menos, dos informais incluídos. Na população ocupada há assim uma maior concentração de negros entre os informais mais pobres e uma maior proporção de brancos entre os informais de renda mais alta.

A comparação com a amostra de 1987-88 revela uma ligeira melhoria das condições de inserção dos negros. Eles eram, com efeito, 90,7% dos informais excluídos no final da década de 1980. No entanto, as diferenças socioeconômicas continuam marcantes. Entre os ocupados brancos, a exclusão atinge 32,2% em 1996-98; para os negros, a proporção é de 59,1%. A informalidade, que cresce nos dois grupos entre as duas pesquisas, alcança 32,8% dos brancos e 46% dos negros.

Em resumo, pode-se dizer que, em Salvador, os trabalhadores ocupados brancos são predominantemente incluídos e formais, enquanto os negros estão desproporcionalmente mais presentes entre os informais e os excluídos.

Isso não se deve apenas a diferentes distribuições do grau de instrução entre as duas sub-amostras. Na amostra de 1996-98, entre os brancos com 2º grau completo ou mais anos de estudo, apenas 12,8% são informais e somente 11,4% são excluídos. Entre os negros na mesma condição, que deveriam em tese ter facilidades equivalentes de inserção social, tais proporções são respectivamente de 14,9% e 20,8%.

4.3 Sexo

Na amostra PED de 1996-98 para Salvador, 52% dos ocupados são homens e 48% mulheres.

Em geral, nessa amostra, homens tendem a ser beneficiados com um rendimento melhor, o que os torna proporcionalmente mais incluídos, enquanto as mulheres tendem a ser basicamente excluídas. A discriminação sexual independe da formalização.

Dos informais excluídos, 59,3% são mulheres. Houve apenas uma pequena melhora de sua situação em relação à amostra de 1987-88, na qual constituíam 62,7% dos ocupados nesta condição. Entre os informais incluídos a situação é diversa. Neste caso, não há mudança entre as duas amostras: os homens eram e são 69,7%.

O mesmo quadro de discriminação apresenta-se entre os trabalhadores formais: 56,2% dos formais excluídos são mulheres, enquanto 61% dos formais incluídos são homens. Entre os ocupados do mercado formal, entretanto, as mudanças na distribuição dos sexos foram mais evidentes durante o intervalo examinado. *As mulheres, que aumentaram rapidamente sua presença nas ocupações formais, fizeram-no muito mais intensamente nos trabalhos pior remunerados - eram 42,9% dos formais excluídos em 1987-88 e 56,2% cerca de dez anos mais tarde. Entre os ocupados formais incluídos, por sua vez, passaram apenas de 29,9% para 39%.*

Como se mostrou, entre os trabalhadores informais excluídos, 88,5% são negros e 59,3% são mulheres. As mulheres negras representavam 56,9% deste segmento em 1987-88 e 52,5% em 1996-98. Esta aparente e limitada melhora da condição da mulher negra não deve ocultar alguns fatos. *Entre todas as mulheres negras soteropolitanas presentes na última amostra da PED, 71,4% eram excluídas e 45,1% ao mesmo tempo informais e excluídas. Das mulheres negras informais e excluídas (cerca de 150 mil pessoas), 44,8% são empregadas domésticas residentes no domicílio.*

Identifica-se, assim, um importante segmento marcado pela exclusão com informalidade.

4.4 Posição no Domicílio

Na amostra de 1996-98, 41,3% dos trabalhadores ocupados são chefes do domicílio, 25,3% são filhos e 18,7% são cônjuges. Estes três grupos somam 85,3% da amostra.¹³

Os chefes de domicílio, predominantemente homens, são basicamente formais (65,2%) e incluídos (65,3%).

Os cônjuges, predominantemente mulheres são, em 55,3% dos casos, formais, mas na maior parte dos casos (55,6%) são também excluídos (no sentido de que ganham, individualmente, menos que a renda mediana de cerca de 2 salários-mínimos).

Entre os filhos, como seria de se esperar, cresce a proporção de informais e excluídos: respectivamente, 49,5% e 67,8% dos indivíduos deste segmento.

São, na maioria dos casos, informais e ao mesmo tempo excluídos, os empregados domésticos residentes e seus parentes (68,6%), bem como proporção significativa de agregados e outros parentes das famílias pesquisadas (40,1%).

Em suma, a análise da "posição no domicílio" apenas confirma dois fatos já levantados: a discriminação relativa do trabalho feminino e a maior dificuldade de inserção dos trabalhadores mais jovens.

4.5 Grau de Instrução

Segundo a PED, a população ocupada de Salvador se concentra em dois grandes blocos: aqueles que têm 1º grau incompleto (37,6% da amostra de 1996-98) e os que têm do 2º grau completo ao 3º grau incompleto (31,6%).

¹³ Na PED, o "chefe" de domicílio é a pessoa declarada nesta condição e reconhecida como tal pelos demais membros da família.

TABELA 8 – Escolaridade dos Ocupados de Salvador (%)

Escolaridade	Informais Excluídos		Informais Incluídos		Formais		Total de Ocupados	
	87-88	96-98	87-88	96-98	87-88	96-98	87-88	96-98
Analfabetos – sem escolaridade ou sem declaração	12,1	8,3	5,7	2,6	4,1	2,2	6,8	4,3
1º grau incompleto	70,3	60,2	53,0	31,1	39,7	25,8	50,2	37,6
1º grau completo e 2º incompleto	11,0	15,6	15,8	17,4	16,9	15,2	15,0	15,6
2º grau completo e 3º incompleto	6,5	14,9	21,5	38,2	30,0	40,0	22,0	31,6
3º grau completo	0,2	1,0	4,1	10,9	9,2	16,8	6,0	11,0

Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE. Cálculos da Equipe.

Como esperado, na amostra de 1996-98 os *informais excluídos* são principalmente pessoas com primeiro grau incompleto. Este nível de educação caracteriza 60,2% dos excluídos que estão na informalidade.

Os informais incluídos - os que têm melhor nível de renda - distribuem-se entre o primeiro grau incompleto e o terceiro grau incompleto. Destaca-se a alta proporção de informais com melhores rendimentos que têm entre o segundo grau completo e o terceiro grau incompleto ou já completo (49,1%). É neste grupo da população que devem ser procurados os indivíduos com melhor inserção social, e que a obtiveram com base em estratégias bem sucedidas de operação na economia submersa (ver seção 6).

Os trabalhadores formais, como também esperado, têm com maior frequência o segundo ou o terceiro graus completos (56,8%).

Outros dados da PED confirmam a forte relação entre o grau de instrução e as condições de inserção no mercado de trabalho.

De um lado, a probabilidade de obtenção de um posto de trabalho parece depender do nível educacional. Em Salvador, em agosto de 1998, o desemprego aberto atingia 14,1% da PEA em geral, mas as taxas verificadas para grupos com distintos níveis de instrução eram as seguintes: 8,9% para analfabetos, sem escolaridade e sem declaração, 15,0% para pessoas com 1º grau incompleto, 20,3% para pessoas entre o 1º grau completo e o 2º grau incompleto, 12,9% para trabalhadores entre o 2º grau completo e o 3º incompleto, e de apenas 4,7% para o pessoal com diploma universitário. A taxa de desemprego aumenta do primeiro para o

segundo nível, e do segundo para o terceiro, porque aí se concentra a oferta de mão-de-obra. Entretanto, cai a partir do 2º grau completo, evidenciando não somente a escassez relativa de força de trabalho mais qualificada, mas também sua maior empregabilidade.

De outro lado, o que não surpreende: o nível de renda também parece estar fortemente atrelado ao grau de escolaridade. Ainda segundo a PED de agosto de 1998, ocupados analfabetos, sem instrução ou sem declaração, recebiam em média R\$ 178,58. Ocupados com 1º grau incompleto ganhavam em média R\$ 225,20 e, entre este nível e o 2º grau incompleto, R\$ 319,20. Para os ocupados do 2º grau completo ao 3º incompleto, ocorria um primeiro salto na remuneração média: R\$ 635,53. Para os trabalhadores com 3º grau completo, enfim, o rendimento médio saltava para R\$ 1.560,26.¹⁴

É necessário comentar, finalmente, o aparente crescimento extraordinário da proporção de informais excluídos com terceiro grau completo - 0,2% em 1987-88 e, cinco vezes mais, 1,0% em 1996-98. A informalidade incluída mais que dobrou neste segmento, como se verifica na tabela 8 (de 4,1 para 10,9%). Por outro lado, essa expansão da exclusão entre os informais portadores de diploma universitário pode ser também explicada pela declaração de rendimentos subestimados.

4.6 Informalidade e Migração

Os imigrados que residem há mais tempo em Salvador são incluídos (50,7%), formais (58,7%) e freqüentemente formais incluídos (38,6%). Sua situação é praticamente a mesma dos ocupados que sempre moraram em Salvador.

Há, todavia, uma diferença clara entre as condições de inserção dos imigrantes recentes e as dos demais moradores da cidade, sejam estes os que sempre moraram em Salvador ou aqueles que migraram há mais de três anos. Na amostra 1996-98, *os recém imigrados são mais excluídos (70,8%), informais (57,8%) e sobretudo mais informais excluídos (50,3%)* que os demais moradores.

Apesar de indicações de alguma melhoria no perfil pessoal dos migrantes, tal como melhor escolaridade, ainda há uma forte correlação entre imigração recente, exclusão social e informalidade. Ademais, a comparação das amostras de 1987-88 e 1996-98 revela uma dificuldade maior para a inserção dos novos imigrados (ver tabela 9).

Identifica-se, assim, mais um grupo-alvo para políticas de apoio à inserção e/ou à formalização de trabalhadores.

¹⁴ Tais dados devem ser considerados com algum cuidado, uma vez que o desvio padrão relativo ao rendimento médio também varia com o nível da escolaridade

TABELA 9 – Migração, Informalidade e Exclusão em Salvador (%)

Condição	Recém Imigrados*		Demais Moradores	
	1987-88	1996-98	1987-88	1996-98
Informais	54,8	57,8	37,4	41,9
<i>Incluídos</i>	6,8	8,2	7,3	10,7
<i>Excluídos</i>	48,5	50,3	30,3	31,3
Formais	45,2	42,2	62,6	58,1
<i>Incluídos</i>	29,3	21,0	42,2	37,0
<i>Excluídos</i>	15,4	20,5	20,3	20,9

Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE. Cálculos da Equipe.

* Ocupados que chegaram em Salvador há até 3 anos.



5 Informalidade, Ocupação e Condições de Trabalho

5.1 Posição na Ocupação

Entre os ocupados do Município de Salvador, há uma significativa proporção de assalariados do setor privado (40,5%), sendo que destes, os ocupados sem carteira de trabalho assinada somam 10,5% de todos que têm ocupação. Os autônomos, segundo grupo mais significativo, representam 23,6% dos ocupados da cidade, e são seguidos pelos empregados domésticos com 10,8%.

Entre os assalariados do setor privado, a formalidade da ocupação é bastante significativa: 73,5%. Mas como já se afirmou, esta proporção era maior na amostra PED 1987-88 (80,7%). Por outro lado, a exclusão global entre estes assalariados era elevada (50,5%) e a proporção de informais excluídos neste grupo de ocupados também era alta, atingindo 20,6%. Trata-se de uma proporção considerável de informais de baixa renda e maior do que a registrada entre os assalariados do setor privado no período 1987-88.

Apesar de serem considerados, por definição, como formais, as pessoas que trabalham para o setor público – 16,4% dos ocupados de Salvador – apresentaram uma proporção de 22,1% de formais excluídos. Este grupo é composto basicamente de estagiários e prestadores de serviços, que não têm carteira assinada e não são estatutários.

Entre os empregadores e donos de negócios familiares – 5,7% dos ocupados em Salvador – há uma predominância, já esperada, de formais incluídos (51,5%). A segunda proporção mais significativa dentro do grupo é a de informais incluídos (32,7%), indicando a existência de um grupo de micro e pequenos empresários em condição irregular, público-alvo por excelência de possíveis políticas de formalização. Esta conclusão é reforçada pelo aumento, no período estudado, da proporção de empregadores e donos de negócios familiares, que eram apenas 2,7% dos ocupados na PED 1987-88. Note-se, ainda, o significativo crescimento da informalidade em geral dentro deste grupo, 29,6% na primeira amostra e 43,4% na segunda.

Entre os autônomos, a informalidade predomina. Tanto os autônomos que trabalham para o público em geral, quanto os que trabalham para empresas, são majoritariamente informais (86% em cada um dos dois grupos). Os autônomos que trabalham para empresas, no entanto,

são mais incluídos (45,6%) que os que trabalham para o público (33,6%), valendo lembrar, a respeito, que o conceito de exclusão social está associado à renda. *Estão na informalidade excluída 60,4% dos autônomos que trabalham para o público e 51,6% dos que trabalham para empresas.* O crescimento da informalidade entre os autônomos foi mais intenso entre aqueles que trabalham para o público. Os dados da PED 1987-88 revelaram 77,3% de informais dentro deste grupo, contra 83,6% de informais no grupo de autônomos que trabalham para empresas.

Os autônomos que trabalham para o público ou para empresas, tanto formais como informais, são principalmente trabalhadores do comércio ou vendedores, cozinheiros e garçons. Na amostra 1996-98, estas ocupações correspondem a 38,3% dos autônomos que trabalham para o público e são informais, e a 36,9% que são formais. Entre os autônomos que trabalham para empresas, eles representam 34,7% dos informais e 22,2% dos formais. Acrescente-se ainda que para estes últimos, que tendem a trabalhar nos segmentos mais modernos da economia local, as ocupações são mais diversificadas.

O grupo dos trabalhadores domésticos representa 10,8% dos ocupados de Salvador, com uma predominância de empregados domésticos mensalistas (9,8%). Pouco mais de 70% deste segmento são informais excluídos. No total, formais ou informais, 97,8% são excluídos pelos mesmos critérios. É claro que, para uma fração dos domésticos, uma parte essencial dos rendimentos é obtida de forma não monetária (alimentação, habitação etc.). Ainda assim, *os trabalhadores domésticos parecem se caracterizar como um grupo preferencial de ocupados, como objetivos a alcançar tanto para as políticas de formalização, quanto para aquelas de inclusão social.*

Por fim, os trabalhadores familiares (1,8%) são um grupo de ocupados tipicamente excluídos e informais – por definição, não recebem remuneração. Esta categoria, composta predominantemente por ocupados mais jovens, está associada a relações de trabalho muito próximas da inatividade, nos marcos da “ajuda a parentes”. Sua presença, em todo caso, repõe em pauta a questão do trabalho infantil.

5.2 Setor de Atividade

De acordo com a amostra de 1996-98, a *informalidade em Salvador está concentrada nos setores do Comércio (21,1% dos ocupados informais da cidade) e Serviços Domésticos (18,1%).* Dos ocupados no Comércio, 50,6% são informais; o mesmo ocorre com 71,8% dos ocupados em Serviços Domésticos. Apesar de ser um dos setores de concentração da informalidade, o Comércio apresenta um certo equilíbrio entre formais (49,4%) e informais (50,6%).

Outro segmento que conta com uma proporção elevada de informais entre seus ocupados é o de Serviços de Alimentação, com 71,9% dos trabalhadores nesta condição.

As maiores proporções de formalização estão nos setores de Administração e Utilidade Pública (98,5% de formais), Serviços Creditícios (94,9%), Saúde (89,9%) e Educação (80,2%). A Indústria é a atividade que vem logo em seguida entre os setores mais formalizados, ainda que com a proporção bem inferior, de 68,3% de formais entre seus ocupados.

Na Educação, apesar de uma menor proporção de ocupados informais, a exclusão é elevada (83,5% dos informais aí existentes são excluídos). Isso confirma um fato conhecido: o baixo nível de remuneração da maioria dos professores e trabalhadores do setor.

Os Serviços Domésticos são o segmento que concentra a maior parcela dos informais excluídos de Salvador: 25,9% dos casos.

O Comércio abriga também grande proporção dos informais excluídos (19,2% do total de todos os setores). Os trabalhadores do setor dividem-se, todavia, em dois blocos distintos: há elevada proporção de informais excluídos (36,6%), mas existe também uma grande proporção de formais incluídos (27,9%). Entre os informais aí ocupados, a exclusão é predominante (71,9%). Esta divisão não identifica necessariamente de um lado ambulantes e camelôs e, de outro, comerciários de lojas e supermercados. Em Salvador, boa parte do comércio formal também paga pouco e não assina carteira.

Na Indústria, onde 68,3% da força de trabalho está formalizada, quase metade dos ocupados (47,8%) são formais e incluídos. No entanto, há uma elevada proporção de informais (31,7%) e também de informais excluídos (21,9%). Neste caso, muito provavelmente ocorrem os efeitos da reestruturação produtiva, com incremento do uso de mão-de-obra subcontratada ou terceirizada.

Entre os ocupados do setor de Construção Civil e Reformas, a informalidade é elevada (57,1%), assim como a exclusão dos ocupados (52,9%). A proporção de informais excluídos, no total de ocupados, é de 38,2%, pouco maior que a encontrada no Comércio. Dentro do grupo de informais do setor, a exclusão atinge 66,9%.

TABELA 10 – Ocupação e Informalidade por Setores da Economia (%)
Amostra PED – 1996/1998

Setores	Formais	Informais		
		Total	Excluídos	Incluídos
Indústria	68,3	31,7	67,3	32,7
Comércio	49,4	50,6	71,9	28,1
Serviços Domésticos	28,2	71,8	98,5	1,5
Demais Serviços				
<i>Construção e Reforma</i>	43,2	56,8	66,9	33,1
<i>Oficina Mecânica</i>	34,9	65,1	72,4	27,6
<i>Limpeza e outras oficinas</i>	39,6	60,4	79,5	20,5
<i>Transportes</i>	67,2	32,8	41,5	58,5
<i>Especializados</i>	54,8	45,2	46,2	53,8
<i>Administração e utilidade pública</i>	98,5	1,5	N.S. ⁽¹⁾	N.S.
<i>Creditícios</i>	94,9	5,1	N.S.	N.S.
<i>Alimentação</i>	28,1	71,9	77,4	22,6
<i>Educação</i>	80,2	19,8	83,5	16,5
<i>Saúde</i>	89,9	10,1	N.S.	N.S.
<i>Auxiliares</i>	67,5	32,5	53,3	46,7
<i>Outros serviços</i>	56,1	43,9	71,1	28,9
Outros	16,7	83,3	82,6	17,4

Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE. Cálculos da Equipe.

(1) Não significativos.

Nos Serviços (exclusive Serviços Domésticos e Comércio), o segmento de Alimentação concentra a maior parte dos informais excluídos; entre os ocupados deste setor, 56% estão nesta situação. A informalidade e a exclusão são também marcantes nos subsetores de Serviços de Limpeza e de Oficina Mecânica; respectivamente, 47,8% e 47,3% dos ocupados de cada um destes grupos são informais excluídos. Os setores de Educação e Serviços de Limpeza apresentam as maiores proporções de excluídos entre os seus informais, que só ficam abaixo da proporção verificada nos Serviços Domésticos.

Foi feito um agrupamento dos demais serviços, não incluídos nos grandes grupos, que deve ser analisado devido à importância do chamado "terciário" para a economia sotropolitana. As principais atividades aí encontradas são: Serviços Pessoais; Imobiliários; Comunitários; de

Diversão, Radiodifusão e Telecomunicações; de Hotéis, Pensões e Alojamentos; e, finalmente, Entidades Carnavalescas. Neste agrupamento, denominado "Outros Serviços" na tabela 10, há uma proporção maior de formalidade (56,1%), mas o total de excluídos é também elevado (54,5%). Os informais excluídos são 30,9% do total de ocupados neste grupo; entre os informais, 71,1% são excluídos.

Vale destacar, dentro deste último grupo, o que se poderia chamar de subsetor de "entretenimento", definido pelas atividades de Diversão, Radiodifusão, Teledifusão e Entidades Carnavalescas, de importância crescente na economia de Salvador. Os ocupados em entretenimento são predominantemente informais excluídos (33,1%), mas há uma proporção importante no outro extremo: 27,8% são formais incluídos. Esta diferença denota uma grande desigualdade nas formas de trabalho no setor.

Esta desigualdade pode ser causada pela diferenciação das ocupações em entretenimento, que têm características bastante distintas. A principal ocupação no setor é a de músicos e compositores, que representam 16,5% dos ocupados; as demais ocupações estão pulverizadas e não têm significância estatística na amostra PED, ou não são muito bem definidas.

5.2.1 Mudanças Recentes nos Setores de Atividade

A comparação dos dados de informalidade e exclusão nos setores da economia soteropolitana, com base nas informações da PED 1987-88, revela alguns movimentos e tendências. *Observou-se um crescimento mais expressivo das ocupações nos setores de serviços de Limpeza e Outras Oficinas (1,9% para 5,6%), Domésticos (10,4% para 12%), Saúde (3,8% para 5,0%) e Serviços Especializados (1,8% para 3,6%). Ao mesmo tempo, caíram a participação dos ocupados na Indústria (9,7% para 7,7%) e mais acentuadamente na Construção Civil e Reformas (7,2% para 4,8%).*

A informalidade apresentou forte crescimento em alguns setores. Na Indústria passa de 18,3% dos ocupados para 32,5%, no setor Transportes de 14,4% para 31,6% (refletindo a expansão do transporte dito alternativo), nos Serviços Auxiliares de 14,9% para 32,8% e nos Serviços de Alimentação de 61,3% para 72,4%.

Nos Serviços Especializados, os informais passam de 33,3% para 45,4%, com maior incremento dos informais incluídos (14,6% para 24,4%), muito provavelmente porque aí se concentram os consultores, técnicos qualificados e outras categorias de profissionais autônomos melhor remunerados.

TABELA 11 – Ocupação e Informalidade por Setores da Economia (%)
Amostra PED – 1987-1988

Setores	Formais	Informais		
		Total	Excluídos	Incluídos
<i>Indústria</i>	81,7	18,3	72,7	27,3
<i>Comércio</i>	56,0	44,0	75,5	24,5
<i>Serviços Domésticos</i>	13,4	86,6	98,9	1,1
<i>Demais Serviços</i>				
<i>Construção e Reforma</i>	56,8	43,2	65,5	34,5
<i>Oficina Mecânica</i>	31,7	68,3	71,6	28,4
<i>Limpeza e outras oficinas</i>	41,5	58,5	68,6	31,2
<i>Transportes</i>	85,3	14,7	N.S. ⁽¹⁾	N.S.
<i>Especializados</i>	67,5	32,5	N.S.	N.S.
<i>Administração e utilidade pública</i>	99,1	0,9	N.S.	N.S.
<i>Creditícios</i>	96,8	3,2	N.S.	N.S.
<i>Alimentação</i>	39,2	60,8	82,2	17,8
<i>Educação</i>	78,6	21,4	87,7	12,3
<i>Saúde</i>	92,8	7,2	N.S.	N.S.
<i>Auxiliares</i>	84,7	15,3	64,1	35,9
<i>Outros serviços</i>	40,8	59,2	86,9	13,1
<i>Outros</i>	30,9	69,1	76,8	23,2

Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE. Cálculos da Equipe.

(1) Não significativos.

Na *Construção Civil*, em contrapartida, a informalidade cresce de 43,2% para 57,1%, sobretudo com aumento da participação dos informais excluídos (29,1% para 38,2%).

No tocante à exclusão, os *Serviços Domésticos* mantiveram as taxas mais elevadas, embora a formalização tenha aumentado neste setor (de 13,4% para 28,2%). Os serviços de *Limpeza e Outras Oficinas* também conheceram significativo aumento da exclusão: de 58,7% para 69,7% dos ocupados.

5.3 Local de Trabalho

Os dados da PED para o local de trabalho¹⁵ revelam que os trabalhadores informais de Salvador são os que mais freqüentemente exercem a atividade principal na própria residência, em barraca ou banca ou ainda sem instalações fixas¹⁶. Nestes três locais, os trabalhadores informais são maioria e representam respectivamente 85,6%, 84,4% e 87,4% dos trabalhadores, sendo na maior parte dos casos ocupados informais excluídos (64%, 63,4% e 61,6%, respectivamente). O peso maior da informalidade nestes espaços de trabalho fica mais evidenciado quando se observa que, para esta questão, a participação dos informais no conjunto amostra de ocupados é de apenas 48,6%, e de 34% para os informais excluídos.

O aumento da informalidade entre os ocupados, constatado nas comparações entre a amostra PED 1987-88 e a amostra 1996-98, também pode ser inferido do estudo do local de trabalho nestes dois períodos. Houve crescimento dos ocupados que trabalham sem instalações fixas: em 1987-88, eles respondiam por 11,8% dos casos; em 1996-98, por 14,8%. Ao mesmo tempo, a informalidade dos ocupados nestas condições aumentou de 75,2% para 86,9%, com os informais excluídos elevando sua participação de 54,2% para 61,6%.

Vale ressaltar ainda que caiu a proporção de trabalhadores mais pobres que trabalham na própria residência: de 87,8% entre os informais excluídos para 74,8%. Em contrapartida, aumenta a parcela dos incluídos que trabalham em casa: de 12,2% para 25,2%. Tais mudanças parecem apontar para uma transformação da natureza do trabalho em domicílio, cuja confirmação, entretanto, demandaria estudo mais aprofundado.

TABELA 12 – Local de Trabalho, Informalidade e Exclusão (%)
Amostras PED 1987-88 e 1996-98 (1)

Local de Trabalho	Total de Ocupados		Formais		Informais					
					Total		Excluídos		Incluídos	
	1987-88	1996-98	1987-88	1996-98	1987-88	1996-98	1987-88	1996-98	1987-88	1996-98
Na própria residência	13,6	10,6	16,2	15,2	83,8	84,8	87,8	74,8	12,2	25,2
Fora da residência	70,9	71,6	73,3	66,4	26,7	33,6	74,5	67,5	25,5	32,5
Em barraca ou banca	3,6	3,1	27,8	17,0	72,2	83,0	74,9	72,2	25,1	27,8
Sem instalações fixas	11,8	14,8	24,8	13,1	75,2	86,9	70,9	70,5	29,1	29,5

Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE. Cálculos da Equipe.

¹⁵ Os domésticos não respondem a esta questão.

¹⁶ No conceito da PED, não ter instalações fixas significa trabalhar em local público, de porta em porta ou em casa de clientes.

(1) A PED define como “fora da residência” o trabalho em local fixo situado fora da residência do trabalhador ou da residência do empregador (geralmente em empresas), e como “sem instalações fixas” o trabalho realizado com deslocamento, caso típico, por exemplo, das ocupações que exigem equipamentos automotivos (transporte de passageiros em taxis ou kombis, transporte de carga em caminhões, etc.). Os dois outros conceitos são mais evidentes.

5.3.1 Tamanho da Empresa

Os trabalhadores informais de Salvador operam em pequena escala ou em estabelecimentos pequenos. Como mostra a tabela 13, as maiores concentrações dos informais acontecem entre aqueles que declaram trabalhar sozinhos, ou que trabalham com familiar ou sócio. Note-se que, neste caso, eles são sobretudo informais excluídos.

TABELA 13 – Tamanho da Empresa e Forma de Ocupação (%)
Amostras PED 1987-88 e 1996-98

Tamanho da Empresa	Formais		Informais					
			Total		Excluídos		Incluídos	
	1987-88	1996-98	1987-88	1996-98	1987-88	1996-98	1987-88	1996-98
Trabalha sozinho	23,4	15,8	76,6	84,2	77,7	70,7	22,3	29,3
Trabalha com familiar ou sócio	23,9	17,0	76,1	83,0	75,7	68,9	24,3	31,1
Microempresa	53,7	53,9	46,3	46,1	76,1	71,1	23,9	28,9
Pequena e média empresa	90,5	86,7	9,5	13,3	63,5	58,6	36,5	41,4
Grande empresa	94,9	92,4	5,1	7,6	64,7	56,1	35,3	43,9

Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLAN/TEC/SEADE/DIEESE. Cálculos da Equipe.

Nota: Microempresa (estabelecimento com até 49 empregados), Pequena e Média (entre 50 e 499), Grande empresa (500 ou mais). Critério de classificação do SEBRAE.

Como seria de se prever, nas microempresas a informalidade também é elevada: 46,1% de seus trabalhadores na amostra 1996-98. A proporção de trabalhadores formais aumenta com o incremento da escala da firma, atingindo 92,4% nas empresas de 500 empregados ou mais.

A comparação com os dados da amostra 1987-88 aponta para um significativo aumento da proporção de informais no trabalho familiar ou por conta própria, nas empresas médias e grandes. Curiosamente, a proporção de informais nas microempresas aparece estável entre os dois períodos.

5.4 Rotatividade e Terceirização

Para evitar distorções nos resultados, em função do envelhecimento relativo da população de Salvador e das diferentes condições de inserção por faixas de idade (ver seção 4.1), optou-se pela delimitação da análise do tempo de serviço à população de 25 a 45 anos, da qual se espera uma estabilidade maior dentro do mercado de trabalho. As modificações neste grupo devem representar, com mais clareza, mudanças estruturais no padrão da ocupação.

A análise do tempo de serviço dos ocupados de Salvador entre 25 e 45 anos revela o elevado grau de rotatividade do trabalhador informal. Cerca de 45,6% dos informais, nesta faixa, têm até um ano de serviço na atual ocupação, ao passo que, entre os formais, essa condição é encontrada para apenas 21,0% dos ocupados. A situação é ainda mais grave para os informais excluídos, que em 51,9% dos casos têm um ano ou menos no trabalho.

Quanto à terceirização, um ligeiro aumento pôde ser constatado na comparação das amostras de 1987-88 e 1996-98. De fato, a proporção de ocupados que declaravam não serem pagos pela empresa em que trabalhavam passou de 5,3% para 6,6%, neste intervalo.

Mas, ao contrário do esperado, não há, aparentemente, relação da terceirização com o aumento da informalidade. Na amostra 1996-98, a formalização alcança 84,9% dos "terceirizados".¹⁷

O que parece compatível com a teoria é o fato aparente de que neste grupo se concentra um maior número de formais com baixos rendimentos; há 49,4% de formais excluídos, para 35,5% de formais incluídos, entre os ocupados terceirizados. A terceirização, como se sabe, é buscada sobretudo como uma estratégia de redução de custos. Todavia, é preciso ser cuidadoso com este dado, pois o pequeno tamanho desta subamostra coloca problemas de significância na análise dos rendimentos.

5.5 Jornada

Uma elevada irregularidade e a precariedade das atividades exercidas na informalidade parecem explicar a maior concentração de trabalhadores informais entre os ocupados que trabalham 20 horas por semana ou menos. Segundo a amostra de 1996-98, 18,5% dos ocupados de Salvador trabalham nestas condições; destes, 58,9% são informais.

¹⁷ Foram considerados "terceirizados" os ocupados que declaram não serem pagos pela mesma empresa em que trabalham.

Tais informações devem, contudo, ser interpretadas com cuidado. Ocorre que a PED demanda aos entrevistados o tempo de trabalho em sua *ocupação principal*. Uma parte significativa dos informais trabalha em mais de uma atividade.

Os dados ainda revelam que as cargas superiores a 40 horas semanais ocorrem para 47% dos ocupados. Neste grupo, 59,2% trabalham mais de 48 horas.

5.5.1 Jornada Semanal

A maior parte dos informais excluídos (moda da distribuição) declararam ter uma jornada semanal de 48 horas, ao passo que para os demais informais a jornada mais frequente foi de 40 horas.

Estas jornadas não diferem muito para aqueles que se encontram na situação de formais. Neste caso, 48 horas é a carga mais freqüente para os indivíduos de faixas de renda mais baixas e 40 horas para os demais. *Os resultados indicam, dessa maneira, uma estreita relação da exclusão com longas jornadas.*

5.5.2 Jornada e Posição na Ocupação

Os informais que declararam jornada estão predominantemente na posição de assalariados do setor privado, autônomos para o público e domésticos. Entre os informais excluídos, a jornada semanal média é de 40 horas para os assalariados, 48 horas para os domésticos e 36 horas para os autônomos para o público.

Essa última categoria apresenta, devido à maior irregularidade de sua ocupação, grande número de respostas “jornada semanal igual a zero”, o que significa que o entrevistado não exerceu a atividade principal na semana da entrevista.

5.6 Principais Ocupações de Grupos Excluídos

Investigou-se neste item o tipo de ocupação encontrada entre grupos de trabalhadores mais marginalizados da população ocupada de Salvador. O objetivo é identificar categorias profissionais que possam vir a ser alvo de políticas específicas de formalização e inclusão.

5.6.1 Ocupações dos Informais e Informais Excluídos

A tabela 14 mostra a maior participação dos informais em atividades de serviços. Os informais excluídos concentram-se sobretudo nas atividades de natureza doméstica ou de trabalho em domicílio.

Os informais excluídos com maiores jornadas semanais (acima de 44 horas) estão concentrados nos seguintes grupos: trabalhadores de serventia (38,1%), vendedores (11,8%), cozinheiros e garçons (8,5%), trabalhadores de comércio (5,5%), trabalhadores braçais (5,0%).

5.6.2 Ocupações dos Informais Excluídos que Trabalham Fora da Residência

Aqui não são considerados os que trabalham na própria residência, em barracas ou bancas, e finalmente, aquelas sem instalações fixas. As principais ocupações dos informais excluídos nesta condição, são: vendedores (15,6%), cozinheiros e garçons (10,3%), trabalhadores de serviço administrativo (6,7%), trabalhadores braçais (5,9%), trabalhadores de limpeza e conservação (5,3%).

TABELA 14 – Principais Ocupações dos Informais e Informais Excluídos (%)

Informais	%	Informais Excluídos	%
<i>Trabalhadores de serventia¹⁸</i>	15,8	<i>Trabalhadores de serventia</i>	22,7
<i>Vendedores</i>	11,6	<i>Vendedores</i>	11,3
<i>Trabalhadores de comércio</i>	7,9	<i>Trabalhadores de comércio</i>	7,9
<i>Cozinheiros e Garçons</i>	7,2	<i>Cozinheiros e Garçons</i>	7,4
<i>Administradores e Gerentes</i>	4,7	<i>Trabalhadores braçais</i>	5,0
<i>Trabalhadores braçais</i>	4,1	<i>Trabalhadores de limpeza e conservação</i>	3,9
<i>Condutores de veículos</i>	3,2	<i>Lavadeiras e passadeira</i>	3,7
<i>Trabalhadores da construção civil</i>	3,0	<i>Professores</i>	3,1
<i>Trabalhadores de limpeza e conservação</i>	2,9	<i>Trabalhadores de serviço administrativo</i>	2,4
<i>Professores</i>	2,8	<i>Costureiras</i>	2,4
<i>Outros</i>	36,8	<i>Outros</i>	30,2

Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE. Cálculos da Equipe.

¹⁸ Trabalhadores que prestam serviços especiais e domésticos em residências particulares, hotéis, embarcações, aeronaves, espaços de transporte público e outros locais segundo a Classificação Brasileira de Ocupações, CBO, p.271. SPES, Brasília, 1994.

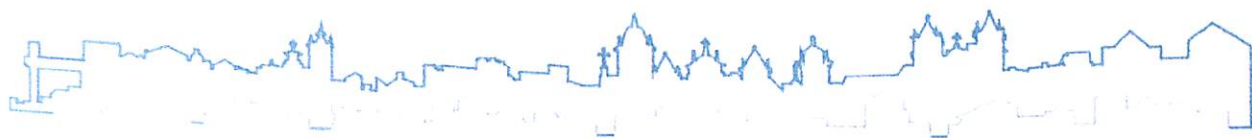
5.6.3 Ocupações dos Autônomos Formais e Informais

As principais ocupações dos informais autônomos que trabalham para o público são: trabalhadores de comércio (16,9%), vendedores (13,4%), cozinheiros e garçons (8,0%), trabalhadores da construção civil (6,0%), trabalhadores braçais (5,1%). Estas ocupações não parecem por si só explicar a informalidade desses ocupados, dado que as principais ocupações dos autônomos para o público, que se caracterizaram como formais, não são muito distintas: vendedores (15,6%), condutores de veículos (14,2%), trabalhadores de comércio (13,2%), cozinheiros e garçons (8,1%).

Entre os autônomos que trabalham para empresas, as principais ocupações entre os informais são a de vendedor e trabalhador do comércio (17,3%), e entre os formais são as de agente técnico de vendas e representante comercial (20,9%).

5.6.4 Ocupações das Mulheres Negras

Um estudo mais detalhado das ocupações exercidas pelas mulheres negras revela que suas cinco principais atividades são: trabalho de serventia (24,3%), vendedoras (9,0%), professoras (7,7%), cozinheiras e garçonetes (7,1%) e trabalhadoras de serviços em administração (5,1%).



6 Salvador, Economia Paralela e Informais Integrados

O ajuste do mercado de trabalho na crise acontece, para alguns autores, pela expansão da ocupação clandestina, típica da economia submersa. Cacciamali¹⁹, um dos que defendem esta tese, define economia submersa ou subterrânea como aquela caracterizada pelas atividades econômicas que não cumprem regulamentações institucionais e operam, total ou parcialmente, na ilegalidade. Para Cacciamali, o termo setor informal representa o segmento da estrutura produtiva organizado sob a forma de pequena produção. No entanto, existe um segmento dos ocupados do setor informal que não pode ser necessariamente definido nem como parte da economia submersa, nem como pequeno produtor. Estes informais possuem rendimentos superiores aos outros ocupados, e podem estar tão integrados à estrutura produtiva quanto os trabalhadores formais.

Para definir um conjunto de ocupados informais que pudessem ser considerados "socialmente integrados", com base em um estudo das duas amostras PED e de suas distribuições de renda, delimitou-se um subgrupo dos trabalhadores informais com melhores rendimentos. O ponto de corte mudou para os dois períodos considerados. As amostras de 1987-1988 e de 1996-1998 foram analisadas de acordo com a distribuição de renda de cada uma delas, separadamente. Todos os rendimentos foram atualizados para valores em Reais de agosto de 1998.

Como foi observado em seção anterior, os rendimentos reais do período de outubro de 1987 a dezembro de 1988 eram superiores aos do período de outubro de 1996 a agosto de 1998. Isto reforçou a opção pela escolha de diferentes cortes para definir, pela renda pessoal, o **ocupado informal integrado**. Todavia, foi mantido o critério de seleção do último decil da distribuição. Ou seja, foram considerados informais integrados os indivíduos que estão entre os 10% com rendimentos mais elevados. Além deste corte inferior, foi definido um limite máximo para eliminar rendimentos muito elevados, que poderiam distorcer as subamostras.²⁰

Na amostra 1987-1988, 90% dos ocupados informais ganhavam até R\$ 531,00 (quinhentos e trinta e um reais), em moeda de agosto de 1998. Na amostra de 1996-1998, o valor

¹⁹ CACCIAMALI, Maria Cristina. *Informalização Recente do Mercado de Trabalho Brasileiro*. Ministério do Trabalho. Texto para Discussão n. 19. 1989.

²⁰ Os chamados "outliers", valores extremos pouco representativos na amostra, são excluídos de forma a manter mais de 99% dos indivíduos na distribuição e evitar distorções nos resultados estatísticos.

equivalente era de R\$ 638,00 (seiscentos e trinta e oito reais). Foram definidos como informais integrados os 10% dos ocupados informais que ganhavam acima destes valores e até o limite máximo definido de cada amostra.

O valor de corte, levando em consideração a distribuição de cada amostra, foi mais elevado entre os informais de 1996-1998. Apesar dos rendimentos reais dos ocupados em seu conjunto terem sido menores, em média, para o período mais recente, *os informais integrados ganhavam mais, neste período, do que no intervalo 1987-88*. Este dado é muito relevante, haja vista o movimento inverso dos rendimentos dos ocupados, como um todo, e pode indicar *um ganho significativo deste segmento em relação aos demais ocupados entre os dois períodos analisados*.

Dito de outro modo, *os informais integrados são o único grupo que teve ganho real de rendimentos no período estudado, entre todos os ocupados de Salvador*.

TABELA 15 - Participação dos Informais Integrados por Condição Ocupacional

% de Informais Integrados	Períodos	
	1987-88	1996-98
PEA	1,9	2,1
Total de Ocupados	2,6	2,8
Ocupados que declararam renda	3,6	4,0
Ocupados Informais	6,3	5,9

Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE.
Cálculos da Equipe.

6.1 Características Pessoais dos Ocupados Informais Integrados

O grupo de informais integrados está composto predominantemente por homens, nos dois períodos estudados (ver tabela 16).

Apesar da população de Salvador estar composta de indivíduos negros em sua maioria (em torno de 80% nos dois períodos), entre os informais integrados há proporcionalmente mais brancos que na população como um todo, característica que se acentua no período de 1996-98.

Quanto às faixas etárias dos indivíduos deste grupo, importantes mudanças aconteceram no intervalo estudado. No período 1987-88, mais da metade dos informais integrados estavam na faixa de 25 a 39 anos de idade e quase 20% eram jovens entre 18 e 24 anos. No período de

1996-98, ocorreu uma redução da participação dos mais jovens entre os informais integrados e, ao mesmo tempo, um crescimento da participação dos mais velhos, isto é, de pessoas com mais de 40 anos de idade. A explicação para o "envelhecimento" deste grupo de ocupados pode estar em dois fatos conhecidos.

De um lado, os ocupados com mais idade e tempo de serviço na atividade têm, no geral, uma inserção mais estável no mercado de trabalho, adquirindo confiança de uma clientela fixa, contatos interpessoais importantes etc..

De outro, a progressiva deterioração das condições de vida dos inativos de idade mais avançada – aposentados e pensionistas –, com a perda de poder aquisitivo de seus rendimentos, pode levar parte destes indivíduos ao retorno ao mercado de trabalho em atividades informais, com rendimentos relativamente mais elevados, devido à sua maior experiência e qualificação. Se este segundo processo começa a ser registrado em algumas metrópoles brasileiras, em Salvador, segundo as informações da PED, é o primeiro fenômeno que é decisivo.²¹

Outro elemento importante na evolução dos informais integrados é a mudança do perfil educacional do grupo entre os períodos. Em 1987-88, mais de 62,4% dos informais integrados tinham até o segundo grau incompleto de escolaridade. No período de 1996-98, esta concentração passou para a escolaridade de segundo grau completo ou acima (67,7%), *com destaque para o aumento da proporção de indivíduos com 3º grau completo (20,6%)*.

A reestruturação produtiva ocorrida na década de 90 não explica, por si só, o aumento da escolaridade entre os integrados. Certo, há redução do emprego formal para operários especializados, engenheiros e outras categorias em importantes segmentos da economia; muito destes profissionais sobrevivem, no final dos anos 90, em ocupações mais ou menos informais. Mas, além disso, a queda do poder aquisitivo na década de 90 é acompanhada por um aumento da competição no setor informal da economia; os trabalhadores com melhor nível educacional, que já se encontram nesta condição, tendem a se dar melhor num quadro de concorrência acirrada, ganhando posições no mercado de trabalho informal. Se isto é verdade, comprova-se, mais uma vez, a importância crescente da educação e da qualificação, enquanto vantagens competitivas individuais, em todas as atividades produtivas da economia, sejam elas formais ou informais.

²¹ Com efeito, ainda que a taxa de informalidade entre os indivíduos de mais de 60 anos tenha aumentado, a participação de pessoas com mais de 60 anos na PEA soteropolitana praticamente não se alterou entre 1987-88 e 1996-98. Segundo a PED, ela foi de 2,7% no primeiro momento e de 2,8% no segundo.

TABELA 16 - Características Pessoais dos Ocupados Informais Integrados (%)

Características Pessoais	Períodos	
	1987-88	1996-98
Sexo		
Homens	73,1	73,9
Mulheres	26,9	26,1
Cor		
Negros	73,7	61,2
Não negros	26,3	38,7
Faixas de Idade		
10 a 17 anos	N.S. ⁽¹⁾	N.S.
18 a 24 anos	18,9	8,3
25 a 39 anos	50,9	46,7
40 anos ou mais	29,5	44,7
Graus de Instrução		
Analfabetos ²²	N.S.	N.S.
1º Grau Incompleto	47,7	16,6
1º completo / 2º incompleto	14,7	14,7
2º completo / 3º incompleto	25,9	47,1
3º completo	7,2	20,6

Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE.
Cálculos da Equipe. (1) Não significativo.

6.2 Características Ocupacionais dos Informais Integrados

Os trabalhadores informais são tradicionalmente vistos como profissionais autônomos prestadores de serviços. Esta imagem vale sobretudo para os informais que alcançam melhores rendimentos. E, de fato, no período de 1987-88, foi esse o perfil dos informais integrados identificados pela PED: predominantemente autônomos que trabalhavam para o público e para empresas. Nos anos 1996-98, contudo, o perfil mudou, com uma importante redução da proporção de autônomos que trabalham para o público e um crescimento da proporção de empregadores e donos de negócios familiares, que dobrou no período.

²² Exclui os sem escolaridade e sem declaração.

TABELA 17 - Posição na Ocupação dos Informais Integrados (%)

Posição na Ocupação	Períodos	
	1987-88	1996-98
Assalariados do Setor Privado	14,4	15,7
Autônomos que Trabalham para o Público em Geral	50,9	34,7
Autônomos que Trabalham para Empresas	20,8	19,3
Empregadores e Donos de Negócios Familiares	12,2	25,4
Outras	1,7	4,9

Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE.
Cálculos da Equipe.

TABELA 18 – Características do Empregador dos Informais Integrados (%)

Características do Empregador	Períodos	
	1987-88	1996-98
TAMANHO DA EMPRESA		
<i>Trabalha Sozinho</i>	37,7	34,1
<i>Trabalha com Familiares ou Sócios</i>	21,1	16,9
<i>Microempresa</i>	33,1	41,0
<i>Pequena, Média ou Grande empresa</i>	8,2	8,0
LOCAL DE TRABALHO		
<i>Residência</i>	14,3	15,8
<i>Fora da residência</i>	53,3	60,4
<i>Barraca ou Banca</i>	5,8	2,2
<i>Sem instalações fixas</i>	26,5	21,6

Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE.
Cálculos da Equipe.

Boa parte desses empregadores ou novos empreendedores estão ocupados em microempresas, como mostra a tabela 18. Além disso, na comparação entre os dois períodos, os informais integrados trabalham, relativamente em maior porcentagem em instalações fora da residência – tais como lojas, galpões ou escritórios. Dito de outro modo, há menor proporção de informais integrados atuando em barracas, bancas, residências ou sem instalações fixas (caso dos ambulantes ou do transporte alternativo). O aumento da proporção das atividades informais integradas economicamente, praticadas por empregadores incluídos, fora de residências e sem instalações fixas, indica um importante alvo para políticas voltadas para a identificação, fiscalização e arrecadação fiscal em pequenos estabelecimentos.

Apesar do surgimento e da difusão de relações de subcontratação na década de 90, entre os ocupados informais integrados a terceirização não se mostrou significativa, de acordo com as amostras PED. Como se comprovou na seção 5.4 deste estudo, a terceirização existe predominantemente de maneira formal e regular no mercado de trabalho, respondendo a exigências de grandes empresas contratantes.

Na comparação entre as duas amostras da PED, a indústria ganha peso entre os setores de atividade dos informais integrados. Outros segmentos, que não eram importantes para os informais integrados no final da década de 80, passaram a ser mais representativos na amostra de 1996-98. Estão todos, como esperado, em atividades de prestação de serviços: transporte, serviços especializados, de alimentação e auxiliares.

O setor de construção civil e reformas, que antes era importante para as atividades dos informais integrados, perdeu importância no intervalo em questão.

TABELA 19 – Setores de Atividade dos Informais Integrados (%)

Setores de Atividade	Período 1996-98
Indústria	8,1
Comércio	22,2
Construção Civil e Reformas	N.S. ⁽¹⁾
Transportes	10,0
Serviços Especializados	13,4
Alimentação	8,0
Serviços Auxiliares	7,0
Outros Serviços	10,2
Outras Atividades	14,9

Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE.

Cálculos da Equipe.

⁽¹⁾ Não significativo.

De 1987-88 a 1996-98, houve um aumento da proporção de informais integrados inseridos mais recentemente no mercado de trabalho. A porcentagem dos que estão nesta condição há mais de 10 anos manteve-se estável no intervalo (cerca de 20%). Por outro lado, passou a ser significativa a proporção dos informais integrados há menos de um ano na sua atividade; são possivelmente indivíduos que migraram de atividades formais sob pressão da crise do Plano Real.

TABELA 20 – Tempo de Atividade dos Informais Integrados (%)

Tempo de Atividade	Períodos	
	1987-88	1996-98
Até 3 meses	N.S. ⁽¹⁾	7,5
3 meses a 1 ano	N.S.	17,1
1 a 5 anos	47,8	38,5
5 a 10 anos	22,4	16,2
Acima de 10 anos	20,3	20,8

Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE.

Cálculos da Equipe. (1) Não significativo.

Para ganhar mais e ter uma estabilidade maior nos seus rendimentos, os ocupados informais integrados têm uma jornada de trabalho mais intensa. Uma importante proporção deles trabalha acima de 48 horas semanais e esta porcentagem cresceu no período analisado. A jornada média semanal de trabalho também cresceu, entre 1987-88 e 1996-98, influenciada pelo aumento das jornadas superiores de trabalho, já que não mudaram a moda e a mediana das distribuições.

TABELA 21 – Jornada de Trabalho Semanal dos Informais Integrados

Jornada Semanal de Trabalho	Períodos	
	1987-88	1996-98
Faixas de jornadas		
Até 20 horas	16,2%	12,1%
De 20 a 40 horas	26,5%	30,4%
De 40 a 42 horas	N.S. ⁽¹⁾	N.S.
De 42 a 44 horas	N.S.	N.S.
De 44 a 48 horas	14,7%	10,7%
Acima de 48 horas	37,5%	43,0%
Jornada média	45	49
Moda	47	47
Mediana	40	40

Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE.

Cálculos da Equipe. (1) Não significativo.

Os integrados que trabalham sozinhos ou administrando seu próprio negócio são, como esperado, os que trabalham mais intensamente. As jornadas mais elevadas são a dos autônomos, que trabalham para o público em geral, e a dos empregadores e donos de negócios familiares (53 horas semanais em média).

TABELA 22 – Jornada de Trabalho Semanal Média dos Informais Integrados por Posição na Ocupação

Posição na Ocupação	Períodos	
	1987-88	1996-98
<i>Assalariado do setor privado</i>	40	41
<i>Autônomo para o público em geral</i>	47	53
<i>Autônomo para empresas</i>	43	46
<i>Empregadores e donos de negócios familiares</i>	50	53

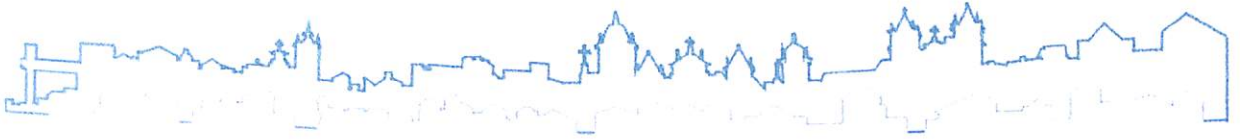
Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE.
Cálculos da Equipe.

Como se avançou, ao contrário dos informais em geral, os rendimentos dos informais integrados cresceram na década – com exceção dos rendimentos dos empregadores e donos de negócios familiares. Estes, no entanto, continuaram sendo os que ganham melhor entre os integrados.

TABELA 23 – Rendimento Mensal Médio dos Informais Integrados por Posição na Ocupação ⁽¹⁾

Posição na Ocupação	Períodos			
	1987-88		1996-98	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
<i>Todos os Informais Integrados</i>	1.157	1.070	1.524	1.069
<i>Assalariado do setor privado</i>	925	564	1.345	891
<i>Autônomo para o público em geral</i>	983	804	1.271	810
<i>Autônomo para empresas</i>	1.182	972	1.556	1.076
<i>Empregadores e donos de negócios familiares</i>	2.012	1.869	1.762	1.176

Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE.
Cálculos da Equipe. (1) Em Reais de agosto de 1998



7 Ocupação, Informalidade e Microempresas em Salvador

A multiplicação das pequenas e microempresas urbanas pode ser explicada basicamente por duas razões. Ela decorre, em primeiro lugar, da maior importância relativa da produção de serviços, que se caracteriza por abrigar empresas e estabelecimentos menores - em média - que aqueles existentes na indústria. Ela é produto, em segundo lugar, da atual crise de reestruturação produtiva, resultando em grande parte de iniciativas de desempregados, apoiados ou não, na via do empreendedorismo, pelo Estado.

A multiplicação das pequenas e microempresas tem sido considerada um verdadeiro antídoto para o desemprego estrutural, que marca as duas últimas décadas do século XX. Os críticos, entretanto, lembram que é alta a mortalidade entre estas empresas e que seus empregos, além de pior remunerados, tendem a ser efêmeros.

Ainda assim, mesmo os críticos admitem a ocorrência de uma reviravolta fundamental no modo de encarar as pequenas e microempresas. Antes, elas eram consideradas arcaicas e com pequeno impacto sobre o desenvolvimento econômico. Atualmente, sabe-se que elas podem operar com as novas tecnologias de ponta e que, sobretudo quando articuladas em redes, têm importância crescente na geração de renda e emprego.

Os dados sobre a ocupação das amostras PED de 1987-88 e 1996-98 podem ser utilizados para uma análise do movimento recente das microempresas (até 49 empregados) em Salvador.

De saída, pode-se afirmar que *as microempresas são o principal empregador na Capital baiana*. Na amostra de 1996-98, elas concentravam 40,9% dos trabalhadores ocupados. Somadas, as micro, pequenas e médias empresas respondiam por 55% da ocupação - o resto dos ocupados dividindo-se em trabalho individual ou por conta própria (23,3%), familiar ou com sócio (11,1%) e em grande empresa (10,6%).

O que é mais significativo: *a proporção de ocupados em microempresas cresceu de 33,3% na amostra 1987-88 para os 40,9% da amostra 1996-98*. Isso deve-se em grande parte à crise e à reestruturação produtiva dos anos 1980-90. Todos os soteropolitanos acompanharam a

multiplicação do número dos minimercados, farmácias de quarteirão e locadoras de fitas de vídeo nos últimos anos, estabelecimentos frequentemente abertos por demitidos de grandes e médias empresas. Todavia, como já se afirmou, o crescimento do número de microempresas é ao mesmo tempo o resultado da expansão dos serviços em Salvador. De fato, a tabela 24 revela que os ocupados nas microempresas soteropolitanas concentram-se cada vez mais nos ramos do chamado "terciário". Os serviços em sentido estrito ocupavam 52,2% dos trabalhadores de microempresas na amostra 1987-88 (79,7% se incluído o comércio) e 58,5% na amostra 1996-98 (85,6% com o comércio).

A tabela 24 mostra ainda em que setores da economia local as microempresas têm expandido sua oferta de emprego e, por dedução, quais os segmentos mais dinâmicos para os micro empreendimentos locais. Chama a atenção o declínio da proporção de ocupados na construção civil e o incremento nos serviços especializados, auxiliares e de saúde.

A expansão do número de microempresas pode ser captada através de outros dados disponíveis nas amostras PED. Quando se examina a distribuição dos ocupados nas micros por posição na ocupação (tabela 25), destaca-se o decréscimo da proporção de autônomos e o crescimento - de 11,8% para 17,7% - dos "empregadores e donos de negócios familiares". Além disso, a tabela 27 mostra que a proporção de ocupados trabalhando de 3 meses a 1 ano em microempresas passou de 10,9% em 1987-88 para 23,5% em 1996-98. Isso pode indicar maior rotatividade, mas também pode refletir o aparecimento de novas micro no intervalo.

TABELA 24 – Ocupados na Microempresa por Setor de Atividade (%)

Setores de Atividade	1987-1988	1996-1998
Indústria	10,3	9,3
Comércio	27,5	27,1
Construção Civil e Reformas	7,1	3,8
Serviços	52,2	58,5
Oficina Mecânica	6,7	4,1
Limpeza e Outras Oficinas	2,9	3,1
Transportes	2,4	2,8
Serviços Especializados	4,0	7,1
Alimentação	10,9	11,3
Educação	5,5	6,6
Saúde	3,1	4,9
Serviços Auxiliares	3,4	5,1
Outros Serviços	13,3	13,5
Outros	2,9	1,2

Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE. Cálculos da Equipe.

As novas microempresas são predominantemente formais ou informais? A resposta pode ser inferida da análise das amostras PED, com o exame da distribuição dos empreendedores (empregadores e donos) e dos ocupados, por situação ocupacional (tabela 26). Em 1987-88, apenas 29,1 % dos empregadores eram informais, segundo os critérios aqui adotados. Em 1996-98, esta proporção saltou para 41,3%. Os dados, entretanto, são menos claros no que se refere ao total de ocupados. Neste caso, revela-se um quadro de grande estabilidade nas taxas de informalidade (46,3% e 46,1% para os períodos considerados). É possível, portanto, que existam duas respostas: os novos donos de microempresas são predominantemente informais (no sentido de que não contribuem para a previdência), mas assinam pelo menos as carteiras de seus empregados. Os dados da PED confirmam que as microempresas pagam mal. A tabela 26 mostra também que a maior parte dos seus ocupados (57,2%) são excluídos. Em contrapartida, as microempresas parecem ser uma boa opção para a maioria dos empregadores e donos de negócios. Estes eram majoritariamente (84,2%) ocupados incluídos, na amostra 1996-98.

TABELA 25 – Ocupados na Microempresa por Posição na Ocupação (%)

Posição na Ocupação	1987-1988	1996-1998
Assalariado Privado	70,4	70,5
Autônomo que trabalha para empresas	15,2	8,9
Empregadores e Donos de Negócios Familiares	11,8	17,7
Trabalhadores Familiares	1,1	1,2
Outros	1,5	1,7

Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE. Cálculos da Equipe.

TABELA 26 – Empreendedores e Ocupados na Microempresa por Situação Ocupacional (%) ⁽¹⁾

Situação ocupacional	Empregadores e Donos de Negócios Familiares		Ocupados na Microempresa	
	1987-1988	1996-1998	1987-1988	1996-1998
INFORMAIS	29,1	41,3	46,3	46,1
Excluídos	N.S.	10,7	35,1	33,3
Incluídos	20,0	32,7	11,0	13,5
FORMAIS	70,9	58,7	53,7	53,9
Excluídos	N.S.	5,0	23,0	23,9
Incluídos	64,0	51,5	30,9	29,3

Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE. Cálculos da Equipe

⁽¹⁾ As diferenças que se verificam na comparação entre a soma de excluídos e incluídos e os totais de informais e formais devem-se aos diferentes métodos de classificação adotados para estas categorias (mediana da renda e carteira assinada ou não) bem como a existência de dados perdidos por ausência de declaração de renda.

Os dados confirmam, de um outro ângulo, a informação revelada na seção 6.2 (tabela 23) - os "empregadores e donos de negócios familiares" constituem o grupo de maiores rendimentos entre os informais integrados (com uma renda média mensal de R\$ 1.762,00 na amostra 1996-98, em valores de agosto de 1996-98).

Resta saber se estes resultados são obscurecidos por uma taxa maior de mortalidade entre as microempresas. Os dados da PED sobre o tempo de serviço dos ocupados podem servir para esclarecer a questão. As tabelas 27 e 28 mostram em primeiro lugar que é alta a proporção de empreendedores ocupados num mesmo negócio há mais de 5 anos (47,3% na amostra 1996-98). Contudo, para os ocupados em microempresas esta proporção é de 21,2% na mesma amostra, isto é, significativamente mais baixa que para o conjunto de ocupados (32,5%). *A primeira conclusão é que o problema real não está somente na mortalidade das microempresas, mas sim e principalmente na "mortalidade" do emprego nas microempresas.*

A questão fica ainda mais clara com o exame da tabela 28. Na amostra 1996-98 o tempo de serviço é superior a 1 ano para 71,8% dos ocupados formais das microempresas e maior que 5 anos para 27,9%. Entre os ocupados informais das micro, entretanto, tais taxas caem para 42,6% e 13,3%, respectivamente. A elevada rotatividade do emprego nas microempresas é, como seria de se esperar, um problema que atinge principalmente o trabalhador informal.

TABELA 27 –Tempo de Serviço dos Ocupados (%)

Posição na Ocupação	1987 - 1988			1996 - 1998		
	Empregadores e Donos de Negócios Familiares	Ocupados na Microempresa	Total de Ocupados	Empregadores e Donos de Negócios Familiares	Ocupados na Microempresa	Total de Ocupados
Até 3 meses	-	-	-	4,7	18,1	15,4
3 meses a 1 ano	5,3	10,9	7,9	12,2	23,5	20,0
1 a 5 anos	42,4	59,2	47,1	35,8	37,2	32,1
5 a 10 anos	23,7	17,8	22,7	21,1	11,4	12,9
Acima de 10 anos	28,7	12,1	22,3	26,2	9,8	19,6

Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE. Cálculos da Equipe.

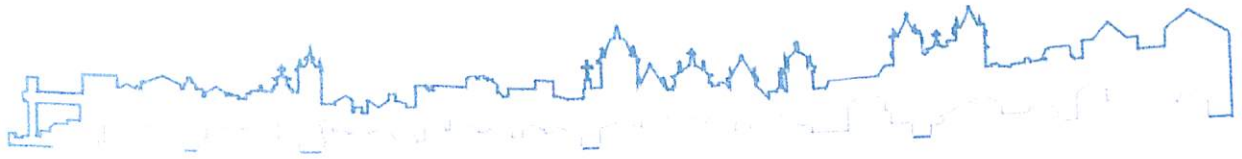
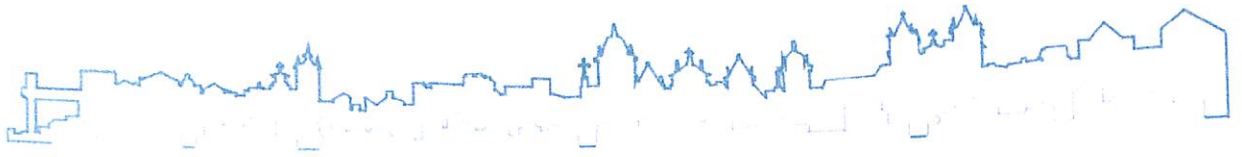


TABELA 28 – Tempo de Serviço dos Ocupados na Microempresa Formais e Informais (%)

Tempo de Serviço	Informais						Formais					
	Total		Excluídos		Incluídos		Total		Excluídos		Incluídos	
	1987-88	1996-98	1987-88	1996-98	1987-88	1996-98	1987-88	1996-98	1987-88	1996-98	1987-88	1996-98
Até 3 meses	-	30,8	-	39,0	-	12,3	-	7,2	-	11,3	-	4,4
3 meses a 1 ano	16,0	26,5	19,7	27,9	10,8	25,2	8,5	20,9	12,9	29,5	5,9	15,7
1 a 5 anos	64,1	29,3	67,8	26,1	58,5	37,9	56,8	43,9	64,1	44,7	54,3	44,3
5 a 10 anos	12,6	7,5	8,8	4,8	17,7	12,8	20,3	14,7	16,0	9,6	23,0	18,5
Acima de 10 anos	7,4	5,8	3,6	2,3	12,9	11,7	14,4	13,2	7,0	4,9	16,8	17,1

Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE. Cálculos da Equipe.



8 Família e Domicílio dos Trabalhadores Informais

Para o estudo das famílias e dos domicílios dos ocupados em geral e, mais especificamente, dos ocupados informais de Salvador, foram utilizadas duas amostras de dados diferentes.

As informações gerais sobre as famílias foram geradas pelas amostras de dados da PED, nos mesmos períodos analisados nas demais partes deste estudo. Foi feita uma agregação da base de dados para indivíduos, de forma a permitir a análise da família e seus componentes. Não foi possível utilizar a PED para as informações sobre os domicílios, pois esta não traz informações detalhadas sobre as características físicas domiciliares dos indivíduos entrevistados. Utilizou-se, assim, a base de microdados da PNAD 1995²³ – Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar do IBGE, realizada na Região Metropolitana de Salvador.

As comparações foram feitas entre as famílias como um todo, de Salvador, e as famílias com *chefes ou pessoas de referência ocupados informalmente*.

No caso da base de dados da PED, há distinção clara entre o conceito de família e o de domicílio, com detalhamento da posição de cada indivíduo entrevistado na família e no domicílio onde reside. O estudo, neste caso, levou em consideração a posição dos indivíduos na família e as unidades familiares, com comparações entre os períodos de 1987-1988 e 1996-1998.

Para a base de dados da PNAD, o estudo foi feito a partir dos domicílios, unidade principal desta pesquisa. É necessário lembrar, enfim, que a PNAD trata da RMS e não do Município de Salvador isoladamente.

8.1 As Famílias do Município de Salvador

As famílias do Município de Salvador estão compostas por quatro indivíduos, em média, sendo que três estão em idade ativa, isto é, fazem parte da PIA. A opção por filhos parece ter marcado as famílias de Salvador nos anos mais recentes. A evolução recente da distribuição etária parece demonstrá-lo, conforme se verifica na tabela 29. Estabilizou-se, com efeito, a

²³ Os microdados da PNAD de 1997 ainda não estavam disponíveis no momento da realização deste estudo; optou-se pela não utilização dos microdados do ano de 1996 por problemas operacionais identificados em outras pesquisas.

proporção de indivíduos com 0 a 4 anos, quase igual, com efeito, à proporção de indivíduos na faixa seguinte, de 5 a 9 anos, e sabe-se que cresceu a participação da faixa de 0 a 2 anos no curtíssimo prazo. Curiosamente, este fenômeno se produziu num quadro de redução da taxa de crescimento populacional. Ele pode ser explicado basicamente por dois fatores: a) incremento absoluto e relativo do número de habitantes em idade reprodutiva, em razão do envelhecimento de uma população muito jovem; b) melhoria relativa das condições de vida das camadas de baixa renda durante o Plano Real, que deve ter estimulado casamentos e outras uniões conjugais e, além disso, a geração de filhos de casais novos ou já estabelecidos.

TABELA 29 - Distribuição Etária da População de Salvador Segundo a PED

Faixas de Idade (anos)	1996-98
0 a 4	7,94
5 a 9	7,92
10 a 14	10,35
15 a 19	12,52
20 a 24	10,85
25 a 29	9,05
30 a 34	8,17
35 a 39	7,35
40 a 44	6,47
45 a 49	5,01
50 a 54	3,79
55 a 59	2,89
60 a 64	2,38
65 e mais	5,29
Dados inexistentes	0,04
Total	100,0

Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/ DIEESE. Cálculos da Equipe.

O número médio de pessoas economicamente ativas cai, entre 1987-88 e 1996-98. Existem em média, neste último momento, duas pessoas economicamente ativas por família e, entre elas, apenas uma está ocupada. O número de ocupados por família também se reduz no intervalo. As famílias com apenas um indivíduo ocupado representam 40% da amostra de 1996/1998; houve uma concentração de famílias com poucos ocupados, com uma redução das famílias com 3 ocupados ou mais. Ou seja, um número menor de ocupados provê um número cada vez maior de indivíduos inativos ou desempregados em suas famílias. O papel da família na manutenção de seus membros, que optam por não trabalhar ou que não conseguem inserir-se economicamente, é cada vez mais importante na RMS. A presença de ocupados informais nas famílias, objeto deste estudo, cresceu no intervalo considerado; apesar disso, mais da metade (54,3%) das famílias de Salvador não possuem ocupados

informais entre seus membros. Naquelas em que eles estão presentes, a maior parte possui um ou dois indivíduos nesta situação ocupacional.

**TABELA 30 – Estatísticas Gerais sobre as Famílias de Salvador
(Em número de indivíduos)**

Pessoas por Família	Períodos	
	1987-88	1996-98
<i>Indivíduos</i>		
<i>Média</i>	-	4
<i>Mediana</i>	-	4
<i>Moda</i>	-	3
<i>PIA</i>		
<i>Média</i>	3	3
<i>Mediana</i>	3	3
<i>Moda</i>	2	2
<i>PEA</i>		
<i>Média</i>	3	2
<i>Mediana</i>	3	2
<i>Moda</i>	2	2
<i>Ocupados</i>		
<i>Média</i>	2	1
<i>Mediana</i>	1	1
<i>Moda</i>	1	1
<i>Filhos (Família chefiada por informal)</i>		
<i>Média</i>	-	2
<i>Mediana</i>	-	2
<i>Moda</i>	-	0
<i>Filhos (Demais famílias)</i>		
<i>Média</i>	-	2
<i>Mediana</i>	-	1
<i>Moda</i>	-	0

Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE. Cálculos da Equipe.

Nota: A Amostra de Dados PED de 1987 a 1988 não permite a análise da família incluindo crianças com menos de 10 anos de idade.

A presença de indivíduos ocupados informalmente não implica que a família tenha condições de inserção social diferente das demais. O indivíduo nesta condição pode prover apenas parte

complementar da renda necessária para a manutenção da família. No entanto, se o ocupado informal for o chefe da família, levanta-se a hipótese de que podem existir diferenças, em relação a famílias chefiadas por indivíduos ocupados no setor formal.

Houve um aumento importante na proporção de famílias chefiadas por ocupados informais, no total de famílias do Município de Salvador: em 1987/1988 elas representavam 18,6% do total de famílias com rendimento familiar; em 1996-98, passaram a representar 24,4% (Tabela 32).

TABELA 31 – Informações Gerais sobre as Famílias de Salvador (%)

Distribuição de Indivíduos por Família	Períodos	
	1987-88	1996-98
<i>População</i>		
1 indivíduo	-	10,5
2 indivíduos	-	16,9
3 indivíduos	-	21,3
4 indivíduos	-	20,9
5 ou mais indivíduos	-	30,5
<i>PIA</i>		
Nenhum indivíduo	3,5	0,0
1 indivíduo	11,1	12,6
2 indivíduos	32,7	30,9
3 indivíduos	18,6	20,8
4 indivíduos	13,3	15,8
5 ou mais indivíduos	20,9	19,8
<i>PEA</i>		
Nenhum indivíduo	4,0	8,7
1 indivíduo	13,7	32,3
2 indivíduos	31,7	34,1
3 indivíduos	18,4	14,4
4 indivíduos	12,9	6,6
5 ou mais indivíduos	19,4	3,9
<i>Ocupados</i>		
Nenhum indivíduo	15,0	16,1
1 indivíduo	39,3	40,0
2 indivíduos	27,9	28,3
3 indivíduos	11,0	10,7
4 indivíduos	4,2	3,5
5 ou mais indivíduos	2,6	1,5
<i>Ocupados Informais</i>		
Nenhum indivíduo	55,9	54,3
1 indivíduo	30,8	31,9
2 indivíduos	9,1	10,0
3 indivíduos	2,7	2,7
4 indivíduos	1,0	0,7
5 ou mais indivíduos	0,4	0,4

Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE.
Cálculos da Equipe.

Nota: A Amostra de Dados PED de 1987 a 1988 não permite a análise da família incluindo crianças com menos de 10 anos de idade.

Além do crescimento da proporção de famílias chefiadas por ocupados informais, cresceu também a proporção de famílias chefiada por mulheres. Sabendo-se da condição diferenciada e menos vantajosa das mulheres no mercado de trabalho, poder-se-ia supor que este aumento

influenciasse o aumento da proporção de famílias com chefes informais. No entanto, observa-se que não houve mudança na proporção de famílias chefiadas por mulheres que também são ocupadas informais. *As famílias chefiadas por informais não são necessariamente diferenciadas por serem chefiadas por homens ou mulheres.* Há uma proporção mais elevada de famílias com chefes informais que têm número de filhos elevado. As famílias com 4 filhos ou mais representam 15,2% das famílias chefiadas por informais e 11,2% das demais famílias. Esta diferença, entretanto, explica-se mais pela pobreza da maior parcela destas famílias que em razão de sua informalidade.

TABELA 32 – Outras Características das Famílias de Salvador (%)

Características	Períodos	
	1987-88	1996-98
<i>Famílias chefiadas por ocupados informais</i>	18,6	24,4
<i>Famílias chefiadas por mulheres</i>	23,6	28,4
<i>Famílias chefiadas por mulheres informais</i>	5,9	6,0
<i>Número de filhos da família com chefe informal</i>		
<i>Nenhum filho</i>	-	26,3
<i>1 filho</i>	-	21,6
<i>2 filhos</i>	-	22,5
<i>3 filhos</i>	-	14,5
<i>4 filhos ou mais</i>	-	15,2
<i>Número de filhos das demais famílias</i>		
<i>Nenhum filho</i>	-	27,2
<i>1 filho</i>	-	24,8
<i>2 filhos</i>	-	23,3
<i>3 filhos</i>	-	13,4
<i>4 filhos ou mais</i>	-	11,2

Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE. Cálculos da Equipe.

Nota: A Amostra de Dados PED de 1987 a 1988 não permite a análise da família incluindo crianças com menos de 10 anos de idade.

8.2 Notas Sobre os Domicílios dos Informais na RMS

O estudo dos domicílios da RMS foi desenvolvido com base em tabulações já existentes da PNAD de 1995 e em tabulações desenvolvidas pela equipe a partir dos microdados desta mesma pesquisa. Foram comparados os domicílios como um todo, da RMS, com aqueles cuja pessoa de referência estava ocupada informalmente no período da pesquisa, de acordo com critérios equivalentes aos utilizados para a PED.

TABELA 33 - Domicílios Particulares e Chefiados por Informais da RMS e Valor do Rendimento Médio Mensal Domiciliar, Segundo as Classes de Rendimento Mensal Domiciliar

Classes de rendimento mensal Domiciliar (1)	Domicílios Particulares (%)		Valor do Rendimento Médio Mensal das Famílias Residentes em Domicílios Particulares (R\$)	
	Total	Chefiados por Informais(5)	Total	Chefiados por Informais(5)
Total	100,0%	100,0%	860	523
Até 1 salário-mínimo	9,1%	16,3%	93	84
Mais de 1 a 2 salários-mínimos	15,3%	24,1%	180	177
Mais de 2 a 3 salários-mínimos	15,1%	18,2%	285	290
Mais de 3 a 5 salários-mínimos	19,2%	17,4%	436	441
Mais de 5 a 10 salários-mínimos	18,1%	13,3%	791	803
Mais de 10 a 20 salários-mínimos	9,9%	5,5%	1583	1572
Mais de 20 salários-mínimos	8,3%	2,8%	4807	4748
Sem rendimento (2)	1,8%	2,5%	-	-
Sem declaração	3,3%	-	-	-

Fonte: PNAD / IBGE - 1995.

(1) Excluídos os rendimentos dos moradores cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. (2) inclusive os domicílios cujos moradores receberam somente em benefícios. (3) excluídas as pessoas sem declaração do valor do rendimento. (4) Em reais de agosto de 1998. (5) Cálculos da Equipe.

As variáveis analisadas foram as classes de rendimento mensal domiciliar e a condição de ocupação dos domicílios. Elas geraram algumas informações relevantes sobre as condições de vida na RMS, mas apontaram poucas diferenças, entre os domicílios chefiados por ocupados informais.

Na distribuição dos domicílios particulares da RMS, observa-se uma primeira distinção, entre o total de domicílios e aqueles chefiados por ocupado informal. A proporção de domicílios de baixa renda é mais elevada entre os domicílios informais, que vão decrescendo cada vez mais com a elevação da faixa de renda. Na comparação dos dois grupos, os valores de rendimento médio por classe de rendimento não apresentam diferenças significativas, entre as classes mais elevadas; observa-se apenas uma pequena redução na média das classes de menor rendimento domiciliar.

Em outros termos, a PNAD 95 confirma o que a PED revela: *não existem diferenças de renda entre "famílias informais" e "famílias formais"* (ver seção 9.3).

TABELA 34 – Domicílios Particulares Permanentes e Chefiados por Ocupados Informais da RMS, por Tipo de Domicílio, Segundo a Condição de Ocupação (%)

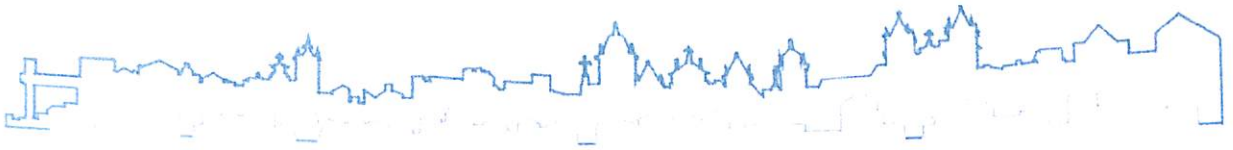
Condição de Ocupação	Domicílios particulares permanentes				Domicílios particulares permanentes chefiados por Informais (1)			
	Total	Tipo de domicílio			Total	Tipo de domicílio		
		Casa	Apartamento	Cômodo		Casa	Apartamento	Cômodo
Próprio	78,9	80,3	79,2	37,6	76,0	79,5	67,2	44,6
Já pago	86,0	93,9	61,0	100,0	90,9	95,2	56,0	100,0
Ainda pagando	14,0	6,1	39,0	0,0	9,1	4,8	44,0	0,0
Alugado	13,8	12,2	16,3	33,3	13,9	10,9	25,6	30,4
Cedido	6,0	6,1	4,1	17,2	7,6	7,6	4,8	14,3
Outra	1,4	1,3	0,4	11,8	2,6	2,0	2,4	10,7

Fonte: PNAD / IBGE - 1995.

(1) Cálculos da Equipe.

Quanto à condição de ocupação do domicílio, a maior parte (78,9%) dos domicílios da RMS são próprios, inclusive já pagos. Entre os domicílios chefiados por informais, esta condição é também predominante, sobretudo para as casas. *A condição de ocupado informal impossibilita a comprovação de rendimentos, o que é uma barreira ao acesso a aluguel formalizado, forçando os informais à aquisição de imóveis de menor custo ou ao aluguel informal. Outra barreira é a dificuldade de acesso a financiamento, um elemento que limita a aquisição de imóveis de melhor condição, o que poderia explicar a baixa proporção de imóveis ainda em pagamento, no caso dos informais.*

Quanto à condição de domicílio próprio, alugado ou cedido, não há evidências que indiquem uma diferença entre domicílios em geral e aqueles chefiados por informais.



9 Renda dos Informais e Excluídos no Mercado Consumidor

9.1 A Renda dos Excluídos

Como já afirmamos, o conceito de exclusão utilizado neste relatório está diretamente relacionado ao rendimento, com um corte na mediana da distribuição de renda da amostra. No entanto, a exclusão pode ser um pouco mais caracterizada através da observação de subfaixas de rendimento abaixo da mediana. O valor em reais de agosto de 1998 para a mediana em Salvador (ver seção 2.1) era muito próximo a dois salários mínimos vigentes no mesmo período; foram definidas subfaixas com base neste salário. Isso permite também, caso necessário, a comparação com dados de outras fontes (PNAD, POF etc.), que utilizam estratos de renda definidos em salários mínimos.

Na amostra de 1996-98, 53,7% dos ocupados de Salvador são excluídos. Entre os excluídos, 61,1% são informais. Os informais excluídos, por sua vez, representam 32,8% do total de ocupados.

Entre os excluídos há uma concentração de indivíduos que possuem rendimentos próximos da mediana, mas a proporção dos que ganham menos de metade do salário mínimo é importante (25,1%).

A maioria dos informais excluídos está nesse grupo de rendimentos muito baixos. A formalização da ocupação faz com que os rendimentos fiquem mais concentrados na faixa mais próxima à mediana – de fato, 65,4% dos formais excluídos ganham de um salário mínimo até R\$ 267,00.

A análise da exclusão social com dados das PED 1987-88 e 1996-98 revelou uma melhoria no perfil de renda dos excluídos, reflexo da estabilidade econômica do período do Plano Real.

A participação dos que ganhavam até meio salário mínimo no total de ocupados caiu de 23% para 13,5%. Os que ganhavam de metade a 1 salário passaram de 22,4% para 17,3%. Já a faixa de rendimentos mais próximos da mediana apresentou um crescimento de 8,1% para 22,9%. Considerando apenas o grupo de excluídos, a melhoria é ainda mais clara, com o aumento da proporção daqueles que tinham rendimentos mais próximos à mediana e uma redução dos indivíduos que ganhavam menos de meio salário mínimo vigente (ver tabela 35).

A melhoria do nível de renda da população mais pobre de Salvador deveu-se basicamente ao reajuste de cerca de 100% do salário mínimo real na metade da década de 1990 e à relativa estabilidade de preços no período 1994-1998. Esta combinação favorável, entretanto, já é passado. Além disso, a melhoria passageira não chegou a reduzir a gravidade da questão social em Salvador. Como se viu em seção anterior, a exclusão, associada ou não a condições informais de inserção no mercado de trabalho, ainda atingia, na amostra PED de 1996-98, 50,1% dos indivíduos ocupados.

Vale insistir, mais uma vez, na questão da renda familiar. Esta é a renda que deve ser considerada nas análises de poder de compra e qualidade de vida, haja vista seu papel na determinação do padrão e do nível de consumo dos indivíduos. Alguns elementos que permitem a manutenção do padrão de consumo das famílias são a solidariedade familiar, que gera uma economia de escala nas “finanças” domésticas, e a divisão familiar do consumo, através da qual são estabelecidos critérios e prioridades de uso para o limitado orçamento familiar, sobretudo das famílias de renda muito baixa. A estes elementos, como já se adiantou, soma-se ainda a potencialização do acesso ao crédito direto ao consumidor, que o gasto em família permite.

TABELA 35 – Distribuição de Renda dos Excluídos de Salvador (%)

Faixas de Salário-mínimo ⁽¹⁾	Informais Excluídos		Formais Excluídos		Total de Excluídos		Total de Ocupados	
	1987-88	1996-98	1987-88	1996-98	1987-88	1996-98	1987-88	1996-98
Até ½ SM	64,5	36,9	10,6	6,6	43,0	25,1	23,0	13,5
½ a 1 SM	29,3	36,0	60,9	26,2	41,9	32,1	22,4	17,3
1 SM até a Mediana	6,2	27,1	28,5	67,3	15,1	42,8	8,1	22,9

Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE. Cálculos da Equipe.

(1) Considerou-se, para o cálculo das faixas de renda, a divisão do valor declarado pelo indivíduo e o valor do salário mínimo vigente na data da entrevista, sendo os valores atualizados posteriormente para reais de agosto de 1998.

9.2 Rendimentos dos Ocupados Formais e Informais

Foram levantados os rendimentos médios reais, em valores de agosto de 1998, dos ocupados da amostra. Os rendimentos dos indivíduos ocupados formais foram maiores, em média, que os dos ocupados informais. Pelo próprio conceito de exclusão, definido com base nos rendimentos dos ocupados, já eram esperados rendimentos médios muito baixos para os

excluídos. No entanto, há uma outra diferença significativa nas médias de rendimentos entre os formais excluídos e os informais excluídos, com uma dispersão maior entre os informais com exclusão. Ou seja, os informais excluídos ganham valores bem acima ou bem abaixo da sua média, enquanto os formais excluídos ganham valores mais próximos de sua média.

**TABELA 36 – Rendimento Real dos Ocupados de Salvador
(Em Reais de Agosto de 1998)**

Grupos de Ocupados	%		Renda Média		Desvio Padrão	
	1987-88	1996-98	1987-88	1996-98	1987-88	1996-98
Ocupados	100,0	100,0	686	562	1254	829
Informais	35,7	40,1	261	314	576	543
<i>Informais Incluídos</i>	7,4	11,3	761	806	770	834
<i>Informais Excluídos</i>	28,5	28,8	119	120	76	62
Formais	64,3	59,9	923	728	1452	938
<i>Formais Incluídos</i>	42,5	38,6	1192	1034	1239	1050
<i>Formais Excluídos</i>	21,7	21,3	215	173	55	51

Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE. Cálculos da Equipe.

Nota: Excluídos os ocupados que não declararam ou não tiveram rendimento.

A comparação com os dados da PED 1987/88 mostra uma queda no nível médio de renda da população. É interessante observar que a queda ocorre para os ocupados formais, sobretudo para aqueles de menores rendimentos. Os trabalhadores informais incluídos tiveram um ligeiro aumento da renda média, enquanto os informais excluídos permaneceram no mesmo patamar (tabela 37).

Com a identificação de diferenciais importantes de inserção na ocupação entre mulheres e homens e entre negros e não negros em Salvador, foi feita uma análise dos rendimentos médios de grupos, diferenciados por estas características pessoais, bem como pelo tipo de inserção na ocupação (formal ou informal). Os resultados estão descritos nas tabelas seguintes.

**TABELA 37 – Rendimento Real Médio dos Ocupados de Salvador
Amostra PED 1987/1988 (Em Reais de Agosto de 1998)**

Características Pessoais	Total de Ocupados	Informais		Formais	
		Excluídos	Incluídos	Excluídos	Incluídos
Ocupados	686	119	761	215	1195
Homens	882	145	796	222	1261
<i>Homens Brancos</i>	1810	171	1226	219	1967
<i>Homens Negros</i>	689	142	697	222	1055
Mulheres	437	105	679	209	1041
<i>Mulheres Brancas</i>	924	121	839	214	1402
<i>Mulheres Negras</i>	331	103	623	208	859

Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE. Cálculos da Equipe.
Nota: Excluídos os ocupados que não declararam ou não tiveram rendimento.

**TABELA 38 – Rendimento Real Médio dos Ocupados de Salvador
Amostra PED 1996/1998 (Em Reais de Agosto de 1998)**

Características Pessoais	Total de Ocupados	Informais		Formais	
		Excluídos	Incluídos	Excluídos	Incluídos
Ocupados	562	120	806	173	1034
Homens	699	133	847	182	1117
<i>Homens Brancos</i>	1245	149	1182	187	1638
<i>Homens Negros</i>	562	131	738	182	927
Mulheres	415	112	710	166	903
<i>Mulheres Brancas</i>	753	127	886	175	1103
<i>Mulheres Negras</i>	324	110	619	164	784

Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE. Cálculos da Equipe.
Nota: Excluídos os ocupados que não declararam ou não tiveram rendimento.

Há uma diferença evidente de rendimentos médios entre mulheres e homens ocupados. A distância entre as médias torna-se ainda maior quando é observada a diferença de cor, dentro do próprio gênero, mas sobretudo entre gêneros.

Os homens brancos ganham mais que o dobro do que ganham os homens negros. A diferença é grande entre os brancos e negros formais e informais incluídos, mas ela praticamente desaparece, entre os excluídos formais ou informais.

As mulheres brancas também ganham mais que o dobro das mulheres negras, em média. Mas entre as excluídas, as diferenças de rendimento também não são tão grandes quanto entre as incluídas.

Essas diferenças nos rendimentos de gênero e cor já estavam presentes na amostra de 1987-88. Elas não se devem exclusivamente, como já visto (seção 4.2), às diferenças de ordem educacional.

As informações sobre idades de homens e mulheres, brancos e negros, indicam uma média de rendimento menor entre os mais jovens. Mas na faixa dos 10 aos 17 anos, os homens negros, por exemplo, ganham ainda menos que os brancos (R\$ 87 em média para os jovens negros e R\$ 130 para os jovens brancos na amostra 1996-98). As diferenças continuam elevadas e são ainda mais importantes nas faixas de idade superiores, apesar do aumento da renda média.

9.3 A Renda das Famílias Informais

O estudo da renda familiar não traz indicações de diferenças significativas, entre os rendimentos das famílias chefiadas por ocupados informais e os rendimentos das demais famílias.

Este é um dos resultados mais interessantes deste estudo. O que parece ocorrer é que nas famílias se misturam indivíduos de rendas diversas, formais ou informais, de modo que as *diferenças impostas pela informalidade entre indivíduos parecem se dissolver quando a comparação ocorre na escala familiar.*²⁴

Confirmam-se na tabela 39 algumas mudanças nas características sócio econômicas das famílias de Salvador. Ocorre *aumento importante da proporção de famílias chefiadas por homens ocupados informais, apesar da redução do total de famílias chefiadas por homens. As mulheres assumem mais a chefia da família, são pior remuneradas, mas isso não afeta, em termos relativos, a renda total das famílias.*

É verdade que os dados da PED revelam que "chefes mulheres" ganham menos que homens chefes de família. Mas nas famílias chefiadas por mulheres, os maiores rendimentos de outras

²⁴ Esse fato reforça a idéia de que pesquisas e estudos destinados à mensuração do consumo ou do poder de compra devem, conjuntamente, considerar a realidade da economia doméstica, da produção familiar de valores de uso, da divisão do trabalho e das despesas no lar etc.

peças - do sexo feminino ou masculino - parecem compensar a menor renda da responsável pelo domicílio.

TABELA 39 – Rendimento das Famílias de Salvador

Renda Familiar (exclusive zero)	Períodos			
	1987-88		1996-98	
	R\$ (média)	%	R\$ (média)	%
Renda Familiar Total	1.194	100,0	919	100,0
Famílias com Chefe Informal	1.227	18,3	928	24,5
Demais Famílias	1.186	81,7	917	75,5
Famílias chefiadas por homens	1.193	76,5	913	71,7
Famílias chefiadas por homens informais	1.210	12,5	919	18,4
Famílias chefiadas por mulheres	1.195	23,5	937	28,3
Famílias chefiadas por mulheres informais	1.263	5,8	955	6,1

Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE. Cálculos da Equipe.

Nota: Todos os valores monetários em Reais de agosto de 1998.

Além da queda da renda média familiar, a distribuição das famílias nas classes de renda mensal familiar também mudou, no intervalo estudado. Caiu significativamente a proporção de famílias que ganhavam acima de duas vezes o valor da mediana da distribuição individual de renda, ou seja, cerca de 4 salários mínimos – de 48,5% em 1987-1988 para 35,0% em 1996-1998. Ao mesmo tempo, cresceu a proporção de famílias que ganhavam entre dois salários mínimos – vigentes no período – e 4 salários, o que abre a hipótese de que a maior parte das famílias com maior renda tenha passado para esta faixa (tabela 40). Cresce também a proporção de famílias na classe mais baixa de rendimento mensal familiar, que passa de 21,2% para 33% na década.

TABELA 40 – Classes de Rendimento das Famílias de Salvador

Classes de Rendimento Familiar Mensal	Total de Famílias				Famílias chefiadas por Informais			
	1987-88		1996-98		1987-88		1996-98	
	R\$ (média)	% (1)	R\$ (média)	% (1)	R\$ (média)	% (1)	R\$ (média)	% (1)
Total	1.194	100,0	919	100,0	1.227	100,0	928	100,0
Até 1 Salário-mínimo(2)	149	21,2	94	33,0	146	20,6	93	33,1
Mais de 1 a 2 SM	361	21,2	192	12,3	359	21,1	192	12,3
Mais de 2 SM a 2 Medianas(3)	542	9,3	383	19,7	540	8,9	381	20,0
Acima de 2 Medianas	2.095	48,5	1.702	35,0	2.127	49,4	1.727	34,6

Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE. Cálculos da Equipe.

(1) Todos os valores monetários em Reais de agosto de 1998. (2) Salário mínimo vigente e atualizado para agosto de 1998. (3) Mediana da distribuição dos rendimentos exclusive zero de cada uma das amostras.

Entre as famílias chefiadas por informais, ocorre também um “empobrecimento”, com o aumento da proporção de famílias em classes de rendimento menos elevado. Ainda neste caso, os valores médios de rendimentos por classe não são significativamente diferentes daqueles das famílias em geral de Salvador. Em síntese, no período estudado, caiu também a renda familiar média.²⁵

9.4 Peso dos Excluídos no Mercado Consumidor

A análise do consumo dos informais não foi realizada por falta de dados. A PED não trata deste tema e a exploração das relações entre trabalho informal e consumo no mercado informal - verificadas e discutidas internacionalmente - demandaria a realização de uma pesquisa de campo específica. Trabalha-se aqui apenas com o mercado de consumo dos excluídos, de grande relevância para os chamados “bens inferiores”.

A relativa redução da pobreza, no auge do Plano Real, teve reflexos diretos no aumento do mercado interno e na expansão mais ou menos intensa do consumo de certos bens. A participação no consumo total dos indivíduos de menor renda em Salvador é o que se procurou aqui focalizar, através de uma estimativa do mercado consumidor dos excluídos.

²⁵ O que afasta a realidade de Salvador do modelo norte-americano. As estatísticas de renda dos EUA parecem mostrar que a queda dos rendimentos individuais dos chefes (homens) foram parcialmente compensadas pela entrada de outros membros da família (especialmente cônjuges/mulheres) no mercado de trabalho. No caso aqui estudado, ambas as rendas, individual e familiar, declinaram.

Relembrando, estes últimos foram aqui limitados aos ocupados que recebem remunerações abaixo da mediana dos rendimentos dos ocupados da amostra, que para Salvador ficou em R\$ 267,00, em valores de agosto de 1998.

Para desenvolver uma estimativa do mercado consumidor dos excluídos, foram utilizados os percentuais da POF (Pesquisa de Orçamento Familiar – IBGE) de 1995, para a Região Metropolitana de Salvador. Estas taxas foram usadas para construir o perfil de consumo mensal por classes de renda no Município de Salvador. Respeitando as subdivisões de classes adotadas nesta mesma pesquisa, os excluídos foram considerados como aqueles cujos rendimentos alcançam até dois salários mínimos, valor bastante próximo da mediana dos rendimentos dos ocupados de Salvador, segundo a PED.

Ao mesmo tempo, o rendimento total dos grupos analisados foi obtido através das médias de rendimentos fornecidos pelos dados da PED e da expansão do número de ocupados obtidos na amostra para cada classe²⁶. Às rendas mais baixas estão associados a um maior comprometimento dos gastos com bens de primeira necessidade. Esse fato é confirmado (tabela 41) pelo maior peso da participação dos ocupados excluídos no mercado total de Alimentos, Higiene pessoal, Habitação e Transportes, quando comparado à sua participação no mercado de Educação, Recreação e Cultura.

TABELA 41 – Despesa Média Mensal Segundo os Tipos de Despesa – Salvador 1996-1998 (R\$ Milhões)

Tipo de Despesa	Despesa Total*	Despesa dos Excluídos*	Participação dos Excluídos no Mercado Total (%)
Alimentação	123,0	22,8	18,5
Higiene e Cuidados Pessoais	11,2	1,8	16,1
Habitação	94,6	12,4	13,1
Transporte	47,4	6,2	13,1
Serviços Pessoais	5,2	0,6	11,5
Vestuário	29,0	3,1	10,7
Assistência à Saúde	29,7	2,6	8,8
Recreação e Cultura	10,4	0,5	4,8
Educação	21,6	1,0	4,6

Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE. Cálculos da Equipe
* Em reais de agosto de 1998.

²⁶ A inexistência de dados sobre o número de famílias em Salvador, que possibilitassem uma expansão a partir dos números da amostra, não permitiu que se trabalhasse com as informações de renda familiar. Assim, considerou-se, para efeito de cálculo, a renda pessoal. Reconheça-se dessa forma algumas limitações dos resultados, uma vez que as estruturas de gasto disponíveis na amostra não são compatíveis com a despesa familiar.

No item Habitação, destacam-se as despesas com eletrodomésticos, equipamentos do lar, som e TV, que constituem cerca de 17% dos gastos mensais totais neste submercado. Para as classes de baixa renda, o lar constitui um refúgio de lazer, e equipamentos que garantam mais conforto a este ambiente parecem ter certa prioridade na destinação dos gastos.

No item Assistência a Saúde, o destaque fica por conta das despesas com Remédios. Estima-se que os ocupados excluídos respondam por quase 17% dos gastos mensais efetuados neste mercado em Salvador.

TABELA 42 – Despesa Média Mensal Segundo /Tipos de Despesa em Alimentação – Salvador 1996-1998 (R\$ Milhões)

Tipos de Despesa	Despesa Total*	Despesa dos Excluídos*	Participação dos Excluídos no Mercado Total (%)
Alimentos preparados	0,5	0,2	40,0
Cereais e leguminosas	4,9	1,3	26,5
Aves e Ovos	6,3	1,7	27,0
Farinhas e Massas	4,4	1,2	27,3
Panificados	12,6	3,1	24,6
Óleos e Gorduras	1,4	0,3	21,4
Legumes e Verduras	3,0	0,7	23,3
Carnes e Pescados	16,0	3,4	21,2
Sal e Condimentos	2,1	0,4	19,0
Bebidas e Infusões	6,6	1,2	18,2
Açúcares e derivados	3,8	0,7	18,4
Leites e derivados	10,4	1,9	18,3
Frutas	4,0	0,6	15,0
Enlatados e Conservas	0,6	0,1	16,7

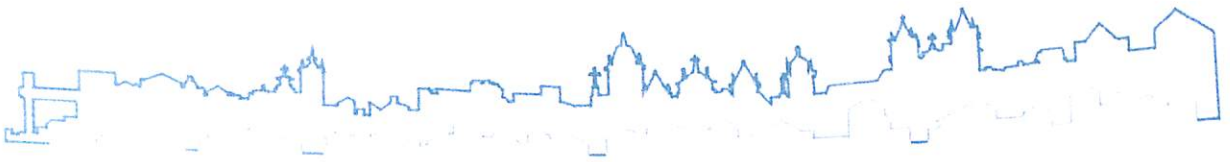
Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLANTEC/SEADE/DIEESE. Cálculos da Equipe.

* Em Reais de agosto de 1998.

A elevada participação dos excluídos no mercado de alimentos pôde ser pormenorizada com a análise de alguns subitens, que ajudam a compor este grupo (tabela 42).

Os dados confirmam a maior participação dos excluídos no consumo de alimentos da cesta básica. Dentre os cereais e leguminosas, destaca-se a participação no mercado de arroz e feijão (respectivamente 33,43% e 37,55%). Nos Panificados, o consumo do Pão Francês pelos

indivíduos de mais baixa renda alcança 29,75% do mercado total. No grupo de Leites e derivados, o dispêndio dos excluídos representa 20,47% dos gastos em Leite em pó Integral, ao passo que no item de despesa para Bebidas, o destaque fica por conta do consumo de Café (28,14% deste mercado).



10 Proposições

A expansão da economia informal prejudica o trabalhador, o empresário e o Estado. Para o trabalhador, o problema inicial é a ausência de direitos assegurados pela legislação trabalhista, tais como o Fundo de Garantia e as férias remuneradas. Somam-se a isto a menor estabilidade e o baixo nível de remuneração. O empresário paga menores salários e economiza encargos sociais; em compensação, tem que se satisfazer com uma força de trabalho pouco treinada e motivada, porque submetida a baixa remuneração e a uma alta taxa de rotatividade. O Estado, por sua vez, deixa de arrecadar impostos e receitas previdenciárias, mas continua tendo que responder pela infra-estrutura, os serviços públicos, a assistência médica dos que estão no mercado informal.

∫ A questão se agrava porque o avanço do trabalho informal estimula o consumo de produtos informais e vice-versa, estabelecendo-se um círculo vicioso. Isto é verdade por pelo menos quatro razões: a) indivíduos trabalhando no mercado informal tendem a ter melhor acesso às informações sobre a disponibilidade de bens e serviços produzidos informalmente; b) pessoas que têm renda oriunda de atividades informais (e portanto não declarada ao fisco) preferem empregar trabalhadores informais; c) bens e serviços produzidos informalmente podem ser trocados mais facilmente por bens e serviços produzidos na mesmas condições (através de escambo); e d) trabalhadores informais podem ser mais facilmente influenciados por diversos fatores psicológicos e sociais que estimulam o consumo no informal: cultura da sonegação e da propina, oposição à regulação estatal, padrões de moralidade específicos de grupos marginais etc.²⁷

Por essas razões, ainda que a expansão da atividade informal possa desempenhar um certo papel de “amortecedor social”, sobretudo em momentos de crise, é necessário que o Estado lute pela formalização.

A experiência internacional mostra, entretanto, que uma intervenção simplesmente baseada na repressão às atividades informais favorece o crescimento do próprio mercado informal. De um lado, porque o reforço da regulação do Estado gera maior resistência por parte dos indivíduos submetidos à pressão reguladora. De outro, e o que é mais importante, porque quanto mais extensa é a regulação, mais amplas e mais variadas se tornam as oportunidades de ganhos extraordinários, com base no desconhecimento de leis, normas e regulamentos e, por

²⁷ Ver Bernard FORTIN, Guy LACROIX e Claude MONTMARQUETTE, *Are Underground Workers More Likely to Be Underground Consumers?* Montréal: Cirano, junho de 1997.

*consequente, da sonegação. Leis muito rígidas exigem fiscalização mais intensa, aumentam os custos operacionais do fisco e das empresas, estimulam a operação ilegal e favorecem a corrupção.*²⁸

Assim, a estratégia preferencialmente recomendada é a de *atrair* trabalhadores e empreendedores informais para a formalidade, oferecendo vantagens e/ou reduzindo os obstáculos para a formalização. Neste sentido é que se colocam as proposições a seguir.

- Os dados da PED parecem revelar que o *empreendedorismo é uma estratégia de resultados positivos, num contexto de crescimento da economia*. O apoio à formação, constituição e sobrevivência de novos empreendimentos deve ser ampliado. Trata-se de fornecer, em novas escalas, o que a PMS, o Sebrae e outras instituições têm oferecido de modo limitado: a) orientação na escolha de ramos e mercados novos (evitando a saturação dos tradicionais), vale dizer, levantamento de novas oportunidades de investimento; b) orientação na escolha de sócios, parceiros ou associados; c) noções de gestão de negócios e planejamento orçamentário; d) noções de gestão do tempo; e) acesso a crédito barato.
- A orientação na escolha de novos ramos e atividades tem importância crescente, diante da saturação de três segmentos fundamentais do trabalho informal: o transporte dito alternativo (*vans* etc.), o comércio ambulante e os serviços de alimentação. Nestes segmentos, é grande o desperdício de recursos humanos e de capital, com queda do rendimento médio provocada pela concorrência predatória.
- No apoio ao empreendedorismo, a oferta de *microcrédito* parece ser uma ferramenta fundamental, aprovada tanto em experiências internacionais como em iniciativas mais recentes no Brasil.²⁹ O acesso ao crédito não é o que os empreendedores pobres mais necessitam. Eles precisam principalmente é da assessoria em gestão e marketing, no modo aqui detalhado. Este tipo de iniciativa tem tido extraordinário sucesso em programas governamentais e do terceiro setor - Bancos do Povo locais (Sebrae), Cooperativas de crédito, Crediamigo do BNB, Microbanco da Nossa Caixa paulista, Creditralho do governo do Distrito Federal etc.. Este sucesso é tão evidente que começa a despertar o interesse da própria rede bancária privada.
- O grande desafio para o microcrédito no financiamento de empreendedores informais é a criação de um modelo que minimize a inadimplência, sem sacrificar o retorno financeiro – garantindo a desejável auto-sustentabilidade desse tipo de

Ver sobre este ponto, Alejandro PORTES, "The Informal Economy and Its Paradoxes", in SMELSER, Neil J. & SWEDBERG (eds.), *The Handbook of economic sociology*, Princeton: Princeton University Press, 1994, p. 426-49.

Para um balanço da experiência internacional, ver Lisa J. SERVON, "The economic development potential of Microcredit – myths and misconceptions" in Christophe DEMAZIERE & Patricia A. WILSON, *Local economic development - in Europe and Americas*, London: Mansell, 1996.

proposta. Para isso, três elementos são fundamentais. Primeiro, a obtenção de *novas fontes de informação sobre os clientes* em potencial, que substituam as que fundamentam as operações tradicionais, voltadas para empreendedores formalizados (carteira assinada, contratos etc.). Neste caso, as novas tecnologias podem contribuir em muito, principalmente com a articulação e expansão de novos bancos e armazéns de dados que permitam gerar cadastros. Em segundo lugar, a expansão do microcrédito pode ser garantida com a criação de *fundos de aval* – aqui o papel do Estado é mais que relevante. A idéia é criar uma alternativa às garantias normalmente exigidas pela rede bancária (duplicatas, pré-datados etc.).³⁰ Finalmente, é preciso desenvolver novas tecnologias e procedimentos organizacionais que permitam *baratear o custo operacional*; ele é alto no microcrédito, devido à própria pulverização das operações.

- Tanto no que se refere aos micro negócios dos trabalhadores por conta própria, quanto no que diz respeito aos autônomos e às microempresas, é necessário lembrar que *a informalidade implica muitas vezes a estagnação dos negócios*. De fato, a formalização é frequentemente uma condição necessária para: a) obter capital a custo mais barato; b) comprar diretamente, em melhores condições, de fabricantes e atacadistas; c) comprar mercadorias e insumos a prazo; d) realizar vendas de bens e serviços para pessoas jurídicas; e) fornecer crédito aos clientes para expandir vendas e, f) participar de associações legalmente estabelecidas (sindicatos, cooperativas, consórcios etc.).
- É importante, assim, *tornar a formalização (legalização) uma vantagem ou necessidade competitiva*. Um primeiro caminho para isso é dado pela disponibilização de crédito que exija e/ou permita a formalização. Mas, além disso, é possível *atrair microempreendedores para a atuação em rede*, com o estímulo à organização de associações, cooperativas e consórcios de diversos tipos. Para isso, seria interessante contar com a contribuição de grandes e médias empresas locais, que se dispusessem a apoiar (e tirar benefícios de) redes de complementaridade produtiva, valorização de produtos locais (artesanato, alimentos, confecções etc.), redes de distribuição, informação e promoção etc.
- Uma possibilidade concreta para esse tipo de iniciativa é a utilização do comércio informal para a distribuição da produção local. Camelôs, "sacoleiras" e "maleiros" constituem eficientes canais de venda. É possível construir redes destes agentes, que facilitem o escoamento de produtos da pequena indústria e do artesanato locais, visando tanto o mercado da RMS quanto a exportação para outras regiões. Na prática, isto já acontece, por exemplo, com confecções e calçados, nos casos das "sacoleiras", feiras livres e outros.

³⁰ Fundos de aval têm surgido por iniciativa do Sebrae, Governo Federal e alguns Governos Estaduais. Mais recentemente, o Sebrae lançou programa de R\$ 500 milhões, capaz de alavancar alguns bilhões de reais em microcrédito.

- Boa parte dos microempreendedores estariam interessados na formalização, desde que fossem asseguradas algumas condições básicas. As pesquisas sobre informalidade realizadas nos últimos anos no Brasil revelam sistematicamente as seguintes reivindicações: a) redução do custo de abertura, regularização e baixa de firmas; b) diminuição da carga tributária; c) simplificação e desburocratização do sistema tributário; d) flexibilização da legislação trabalhista (contratos por tempo determinado e redução dos encargos); e) diminuição dos custos dos serviços de contabilidade.
- É necessário reconhecer que algo vem sendo feito nesta direção, notadamente a partir de programas como o Simplex - Sistema Simplificado de Recolhimento de Impostos Federais, e o SimBahia, ou de projetos como as Agências do Empreendedor do Ministério do Trabalho (que facilitam o acesso a recursos do Proger) e o Nasce - Núcleo de Apoio e Serviços à Criação de Empresas de São Paulo, do Sebrae. Mas é possível avançar ainda mais nesta direção. Uma idéia que vem sendo discutida em Salvador é a da criação de um "SAC" voltado para empreendedores, uma espécie de super balcão Sebrae, que abrigasse num mesmo local todos os serviços necessários ao apoio à criação e sustentação de micro e pequenos negócios. Aí estariam reunidos, entre outros: Receitas Federal, Estadual e Municipal, PMS, Sebrae, Junta Comercial, Secretaria da Saúde, Ministérios do Trabalho e da Previdência.

Tudo isso dito, é importante lembrar que *o estímulo ao empreendedorismo não constitui solução em momentos de crise econômica*. Os novos micro e pequenos empreendedores precisam de apoio para superar seus problemas estruturais: ausência de economias de escala em seus negócios, assimetria de informações, falta de cultura empresarial e dificuldades de acesso às novas tecnologias. Daí a necessidade do crédito barato, incentivo ao associativismo, programas de formação etc. Mas tudo isso não elimina o macro problema conjuntural colocado pela recessão econômica. São poucas as chances do empreendedorismo num momento em que o mercado encolhe e a disputa pela renda existente leva à queda da rentabilidade, especialmente nos micro e pequenos negócios. *As proposições expostas devem ser pensadas no contexto de um plano que prepare os empreendedores de Salvador para aproveitar melhor a futura retomada do crescimento*. Neste sentido, podem ser combinadas às sugestões que se seguem:

- Uma proposta que combina empreendedorismo e associativismo de bairro de uma forma interessante é a de formação de *cooperativas de serviços de base local*. A idéia é atender à demanda de certos serviços de consumo coletivo (limpeza urbana, recolhimento do lixo, saneamento básico, transporte etc.) com o uso do trabalho comunitário, através da contratação, pela Prefeitura ou pelo Governo do Estado, de

cooperativas que empreguem trabalhadores que sejam moradores nas próprias áreas de execução dos serviços. Estas cooperativas podem ser implantadas nos bairros mais carentes e de menor interesse para as empresas privadas. Com formação básica nas técnicas específicas e em gestão de serviços, estas cooperativas podem desempenhar suas obrigações contratuais com competência. Uma das principais vantagens deste modelo é, aliás, o fato de que o controle de qualidade passa a ser exercido pela própria comunidade, que passa a se interessar duplamente no sucesso do projeto. Primeiro, porque ele assegura uma melhoria da qualidade de vida; segundo, porque ele permite a geração de empregos na proximidade de suas próprias residências.

- Os dados da PED revelam uma forte redução do emprego e um aumento considerável da informalidade excluída, na Construção Civil de Salvador. Trata-se, na verdade, de um fenômeno nacional, que tem dupla explicação. De um lado, a crise do setor formal da construção, provocada pela redução dos investimentos públicos em grandes obras; de outro, a desarticulação do antigo sistema de financiamento para a construção residencial. A construção civil, que cresceu nos últimos anos, foi a de microobras: autoconstrução e microempreendimentos que ocupam trabalhadores sem carteira assinada. Isso também foi resultado da estabilização monetária e da melhoria dos níveis de renda da população mais pobre, nas periferias e bairros populares. A crise atual reduziu também o espaço dessa construção civil de "formiguinhas".
- As grandes obras do metrô e dos novos eixos viários, se confirmadas, podem vir a estimular o emprego formal na construção civil pesada de Salvador. Mas, além disso, um outro eixo de intervenção pode ser pensado no campo da construção de moradias. Do ponto de vista estritamente demográfico, o grande *boom* da construção residencial na Capital baiana ainda está por vir (ver o estudo Salvador - Dinâmica Econômica). Tende a crescer, de fato, o número de novas famílias. O Governo Federal acaba de lançar um grande programa nesta área. É necessário mobilizar as empresas locais para agirem, no modelo de suas similares de São Paulo ou Belo Horizonte, no sentido do desenvolvimento de técnicas e projetos de menor custo, que viabilizem o financiamento público e privado de habitações para a baixa renda, inclusive para trabalhadores informais, que têm hoje dificuldades maiores de acesso à casa própria. Nestas cidades, empresas privadas têm conseguido vender imóveis populares - sem subsídios - com base em prestações que se aproximam cada vez mais daquelas de programas como o Cingapura, de São Paulo.
- *A luta pela redução do trabalho informal passa, necessariamente, pelo combate à criminalidade. Isso significa, em primeiro lugar, o combate ao contrabando. Esta*

atividade implica concorrência desleal com os produtores e distribuidores de artigos produzidos nacional ou localmente; sua contribuição líquida para a criação de emprego é negativa. Ela permite o desenvolvimento de grandes organizações criminosas, de máfias internacionalmente articuladas, que se utilizem de redes de camelôs e outros trabalhadores informais. Seu negócio é hoje o contrabando de quinquilharias, mas pode ser amanhã o tráfico de drogas e armas.

- *No combate à economia do crime, é preciso compreender que a informalidade pode significar também um custo monetário pesado para o trabalhador informal.* Isso ocorre quando o micro empreendedor é vítima do monopólio de atacadistas do contrabando, paga "proteção" a mafiosos, toma emprestado de agiotas ou sujeita-se às extorsões de lideranças políticas e funcionários corruptos (como nos casos recentemente divulgados em São Paulo). Em princípio, os camelôs e outras categorias de trabalhadores informais teriam interesse em eliminar estes "custos" operacionais. A estruturação de novas redes de fornecimento e distribuição, como nos modelos aqui sugeridos, a garantia do acesso democrático a locais de trabalho (pontos), o acesso ao microcrédito e outras ações, além de contribuir para a formalização, também podem cumprir esta importante função social: ajudar a reduzir a criminalidade.
- Os dados da PED também revelaram que a informalidade é em grande parte o resultado das dificuldades de inserção encontradas pelos trabalhadores mais jovens. Uma intervenção neste campo deve se desdobrar em três níveis. Primeiramente, é preciso combater a exploração do trabalho infantil e juvenil; num certo sentido, boa parte da informalidade entre os jovens é fruto da simples ausência de fiscalização, combinada ao oportunismo desumano de uma minoria de empresários. Em segundo lugar, é necessário pensar programas que incentivem o emprego de jovens trabalhadores inexperientes - estágios, formação de aprendizes etc.. Uma das principais barreiras enfrentadas pelos jovens continua sendo a kafkiana exigência de "experiência anterior". Finalmente, é preciso rever os formatos e os conteúdos dos programas de educação formal e técnica.
- No que diz respeito a este último ponto, *é preciso frisar que vários ramos da economia de Salvador estão empregando e que, ao mesmo tempo, a demanda por várias ocupações continua a crescer.* Daí uma necessidade inicial: identificar quais são estes ramos. O estudo Salvador - Dinâmica Econômica trata desta questão com mais detalhe, mas pode-se adiantar aqui que, entre eles, encontram-se os chamados serviços especializados, serviços auxiliares, saúde e educação. Em seguida, é indispensável identificar quais são as ocupações cuja demanda cresce e, sobretudo, quais são elas nestes ramos em expansão. O próximo passo é o

levantamento das novas habilidades e competências demandadas para estas ocupações.

- Ocorre que este esforço de pesquisa tem sido feito de forma pontual e isolada por algumas instituições, como por exemplo o Senai-Ba, com pouca interface entre organizações estatais, empresa privada e terceiro setor. A PMS poderia contribuir para a realização de uma investigação de maior amplitude e profundidade, que resultasse em proposições concretas de reformulação de programas de educação básica, treinamento e reciclagem. Este tipo de iniciativa, evidentemente, não criaria empregos. Aumentaria, no entanto, a empregabilidade formal da mão-de-obra soteropolitana para vagas que certamente se abrirão nos próximos anos.³¹
- Resta tratar de alguns públicos-alvo específicos para programas ou projetos de formalização. É preciso recuperar ou aperfeiçoar os serviços de atendimento ao imigrante pobre, visando sua inserção formal. A pesquisa confirmou ainda a necessidade de insistir no combate à discriminação racial e sexual no emprego. As principais vítimas da informalidade e da exclusão em Salvador continuam sendo os negros e as mulheres. Campanhas de informação e exigência do cumprimento da legislação em vigor são dois exemplos de ações possíveis, ao alcance da PMS.
- É possível propor, finalmente, uma ação voltada para um grupo particular e muito expressivo de trabalhadores informais: os empregados domésticos, majoritariamente constituído por mulheres negras. De saída, é preciso dizer que a proporção de empregados domésticos na população ocupada de Salvador é semelhante a encontrada em outras metrópoles nacionais (em torno de 10%). Além disso, vale lembrar que os serviços domésticos continuam existindo nos países desenvolvidos e que algumas ocupações típicas deste setor têm demanda crescente, quando não explosiva - atendimento em domicílio de idosos, auxiliares de enfermagem em domicílio, babás etc. O que se pode concluir destes dados é que um *novo emprego doméstico, baseado em ocupações mais qualificadas*, constituirá um dos mercados mais promissores para dezenas de milhares de soteropolitanos nas próximas décadas. A PMS pode contribuir para a criação de programas de formação e reciclagem também neste segmento.

³¹ O já citado estudo de Dinâmica Econômica trata especificamente do apoio que a PMS pode dar ao desenvolvimento dos ramos da economia local que apresentam grandes perspectivas de geração de emprego.

levantamento das novas habilidades e competências demandadas para estas ocupações. :

- Ocorre que este esforço de pesquisa tem sido feito de forma pontual e isolada por algumas instituições, como por exemplo o Senai-Ba, com pouca interface entre organizações estatais, empresa privada e terceiro setor. A PMS poderia contribuir para a realização de uma investigação de maior amplitude e profundidade, que resultasse em proposições concretas de reformulação de programas de educação básica, treinamento e reciclagem. Este tipo de iniciativa, evidentemente, não criaria empregos. Aumentaria, no entanto, a empregabilidade formal da mão-de-obra soteropolitana para vagas que certamente se abrirão nos próximos anos.³¹
- Resta tratar de alguns públicos-alvo específicos para programas ou projetos de formalização. É preciso recuperar ou aperfeiçoar os serviços de atendimento ao imigrante pobre, visando sua inserção formal. A pesquisa confirmou ainda a necessidade de insistir no combate à discriminação racial e sexual no emprego. As principais vítimas da informalidade e da exclusão em Salvador continuam sendo os negros e as mulheres. Campanhas de informação e exigência do cumprimento da legislação em vigor são dois exemplos de ações possíveis, ao alcance da PMS.
- É possível propor, finalmente, uma ação voltada para um grupo particular e muito expressivo de trabalhadores informais: os empregados domésticos, majoritariamente constituído por mulheres negras. De saída, é preciso dizer que a proporção de empregados domésticos na população ocupada de Salvador é semelhante a encontrada em outras metrópoles nacionais (em torno de 10%). Além disso, vale lembrar que os serviços domésticos continuam existindo nos países desenvolvidos e que algumas ocupações típicas deste setor têm demanda crescente, quando não explosiva - atendimento em domicílio de idosos, auxiliares de enfermagem em domicílio, babás etc. O que se pode concluir destes dados é que um *novo emprego doméstico, baseado em ocupações mais qualificadas*, constituirá um dos mercados mais promissores para dezenas de milhares de soteropolitanos nas próximas décadas. A PMS pode contribuir para a criação de programas de formação e reciclagem também neste segmento.

³¹ O já citado estudo de Dinâmica Econômica trata especificamente do apoio que a PMS pode dar ao desenvolvimento dos ramos da economia local que apresentam grandes perspectivas de geração de emprego.